



Demonstrações Financeiras

Taurus Armas S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório dos Auditores Independentes.

Índice

Relatório da Administração 2019	03
Balanços patrimoniais	15
Notas explicativas	22
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras	72
Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores	73
Parecer do Conselho Fiscal	74
Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos	75
Parecer dos auditores independentes.....	76



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2019

São Leopoldo, 30 de março de 2020

Prezados acionistas,

A administração da Taurus Armas S.A (Taurus), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e contemplam as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas

Concluimos, em 2019, o segundo ano de nossa administração na Taurus e no qual comemoramos os 80 da Companhia, com a satisfação de ver nosso trabalho apresentar resultados sólidos e sustentáveis. Um ano notável para a Taurus, que posso considerar como o ano da “**era Taurus Armas**”.

Crescemos a receita líquida em 18%, desempenho que reflete a conquista da confiança do consumidor e a credibilidade da marca. No Ebitda tivemos crescimento bem superior ao registrado em média pelas indústrias brasileiras no ano: 62,2% em cima de 2018, quando esse indicador já tinha sido muito bom. Esse resultado positivo mostra que acertamos em nossa estratégia de conquistar novos mercados e desenvolver novos produtos, além de solidificar nossa política de gestão, baseada em **processos robustos de produção, logística e foco total na qualidade**. Esse são nossos diferenciais e que espelham nosso tripé estratégico - estabilidade de produção, produtos íntegros e produtividade aliada à gestão de custos – que, por sua vez, o cliente enxerga como **entrega rápida, qualidade assegurada e preço competitivo**.

Considerando isoladamente nossa receita líquida com a venda de armas no Brasil, tivemos crescimento de 25,5% no ano em que o mercado nacional foi aberto a qualquer marca estrangeira, em função da flexibilização das regras para a aquisição de armas de fogo no País. Se a Taurus não tivesse reconquistado sua credibilidade, as mudanças na legislação teriam beneficiado a concorrência, o que não ocorreu porque temos produtos com qualidade e preços melhores do que os

PRINCIPAIS INDICADORES

R\$ milhões	2019	2018	Var. %
Receita operacional líquida	999,6	845,3	18,3%
Mercado interno	187,4	150,5	24,5%
Mercado externo	812,2	694,8	16,9%
CPV	-659,0	-537,7	22,6%
Lucro bruto	340,6	307,6	10,7%
Margem bruta (%)	34,1%	36,4%	-2,3 p.p.
Despesas operacionais - SG&A	-235,0	-261,4	-10,1%
Resultado operacional (Ebit)	105,7	46,2	128,8%
Margem Ebit (%)	10,6%	5,5%	+5,2 p.p.
Resultado financeiro líquido	-80,5	-183,6	-56,2%
IR e Contribuição Social	22,5	74,7	-
Lucro / (Prejuízo) líquido (operações continuadas)	47,6	-62,6	-
Resultado líquido operações descontinuadas	-4,2	2,7	-
Lucro / (Prejuízo) líquido	43,4	-59,9	-
Ebitda	128,0	78,9	62,2%
Margem Ebitda	12,8%	9,3%	+3,7 p.p.
Ebitda ajustado*	128,0	116,0	10,3%
Margem Ebitda ajustada*	12,8%	13,7%	-0,7 p.p.
Dívida líquida (no final do período)	865,7	880,3	-1,7%

* Ebitda e margem Ebitda do 4T18 ajustados, excluindo as despesas extraordinárias não recorrentes relacionadas com consultorias e demandas judiciais de acordo judicial firmado nos EUA ("Burrow Case")

Obs. - O Ebitda, ou Lajida, não é um indicador utilizado nas práticas contábeis. Seu cálculo é apresentado no item "Ebitda" deste Relatório.

PERFIL

Em outubro de 2019, a Taurus completou 80 anos de atividades. Seu foco de atuação é a produção e comercialização de armas leves, vendidas para mais de 100 países, com três marcas: Taurus, Heritage e Rossi.

Maior fabricante de revólveres do mundo e quarta marca mais vendida no mercado norte americano, a Taurus conta com duas unidades industriais que operam a partir de processo industrial robusto, garantindo qualidade e produtividade: no Brasil, em São Leopoldo, RS, e a nova unidade nos EUA, em Bainbridge, Georgia, inaugurada oficialmente no início de dezembro de 2019, após encerramento das atividades na Flórida.

A Companhia conta também com o segmento de produção e comercialização de peças de metal injetado (M.I.M. – Metal Injection Molding), com produção notadamente para uso próprio, além de vendas para terceiros.

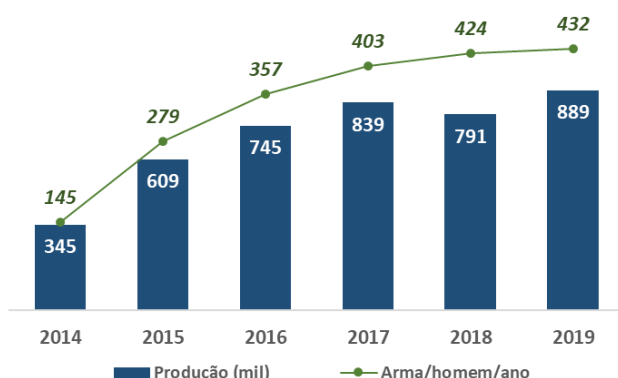
Com base nos novos protocolos de desenvolvimento de produtos e a fabricação baseada no processo de *lean manufacturing*, a Taurus lançou 50 modelos e 400 SKUs nos últimos dois anos, fazendo a divulgação dos novos produtos em diversos eventos de demonstração no Brasil e no exterior. Toda a linha de armas leves está atualizada de acordo com os novos protocolos de desenvolvimento.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2019, a produção total da Companhia atingiu aproximadamente 1,2 milhão de armas, sendo 889 mil na fábrica do Brasil, unidade industrial que apresentou sequência de expressivo ganho de produtividade em termos de arma/funcionário/ano nos últimos anos. Entre 2014 e 2019, esse indicador de produtividade aumentou em quase 3 vezes, atingindo 432 armas/funcionário em 2019. A evolução se deu, especialmente nos últimos anos, acompanhada de readequação do processo industrial, assim como de investimentos realizados no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, a partir do movimento de reestruturação baseado em rentabilidade sustentável, de acordo com o planejamento estratégico global da Taurus.

Atualmente, considerando a nova unidade industrial da Companhia no Estado da Georgia e a fábrica do Rio Grande do Sul, a Taurus tem estrutura física para produzir até 1,8 milhão de armas por ano, equivalente a mais de 5 mil armas por dia.

Produção de armas e produtividade – Fábrica do Brasil



Recorde de produção em 2019, com contínuo e significativo ganho de produtividade no decorrer dos anos

A reestruturação operacional realizada na fábrica brasileira, que envolveu a adoção de processos industriais eficientes e robustos, está sendo também aplicada na nova unidade industrial dos EUA. No decorrer do segundo semestre de 2019, a produção da antiga fábrica localizada na Flórida foi transferida para a Georgia, unidade oficialmente inaugurada em dezembro de 2019, já com 100% das linhas de produção em operação. A nova fábrica dobrou a capacidade instalada de produção de armas da Taurus nos EUA de 400 mil para 800 mil armas/ano e, além disso, trouxe redução de custos fixos da ordem de R\$ 4,2 milhões por ano. O novo modelo de atuação operacional e de gestão, com revisão de todos os processos, está sendo adotado na unidade norte-americana, a exemplo do que foi realizado no Brasil, com apoio da consultoria Galeazzi & Associados.

Em 2019, o **mercado de armas nos EUA** se manteve bastante competitivo para a indústria, sem que tenha sido verificado movimento de aceleração das vendas no comércio. O índice de intenção de compra de armas nesse país – NICS – permaneceu praticamente estável (+0,6%) comparado ao ano de 2018. Ainda assim, as vendas da Taurus nos EUA aumentaram em 11,7% em relação ao ano anterior, o que indica que a marca está ampliando sua participação nesse mercado.



Os lançamentos da Companhia, com produtos que incorporam inovação e qualidade a preço acessível, têm sido bem aceitos pelos consumidores norte-americanos. Exemplo disso são os reconhecimentos que as armas Taurus receberam em 2019, como, pela Revista especializada Guns & Ammo: pistola G3 – melhor compra (*best buy*) de 2019 e pistola TX22 – arma do ano de 2019 (*handgun of the year*); e pela NRA (National Rifle Association): Raging Hunter - prêmio Golden Bullseye 2019 de melhor arma de caça do ano.

No **mercado interno**, o aumento do volume de vendas no ano comparado a 2018 foi de 29,4%, refletindo a retomada da credibilidade e admiração pela marca, a partir do esforço empreendido em termos de cuidado com a qualidade, a revisão dos processos produtivos e o lançamento de produtos inovadores. O mercado brasileiro mostrou retomada do nível de atividade no ano, tanto em termos de compras institucionais como, principalmente, de compras individuais, essas últimas representadas pela aquisição de armas por parte de policiais, magistrados e CAC's (caçadores, atiradores e colecionadores) para uso particular. No decorrer de 2019, foi possível perceber alteração no comportamento do consumidor brasileiro, com aumento no número de interessados em comprar uma arma nos distribuidores e crescimento da participação das vendas de armas para CAC's no total das vendas internas.

A Taurus vem empreendendo esforços comerciais no sentido de ampliar sua atuação em **outros mercados internacionais (além dos EUA)**. Em termos de volume, essas vendas apresentaram alta de 59,1% em 2019 ante ao exercício anterior. A partir de forte trabalho de *compliance* de modo a atender as exigências estabelecidas pelos compradores internacionais, a Companhia vem obtendo sucesso em ampliar seus mercados, com destaque para vendas realizadas em países da Ásia e África em 2019, como a venda de 20 mil unidades da pistola TS9 para a polícia das Filipinas e de 10 mil unidades da espingarda ST12 para a polícia de Bangladesh. Do mesmo modo, são relevantes no ano, ainda que menos expressivas em termos de volumes e valores absolutos, o aumento das vendas para outros países, como África do Sul e Guatemala, e a retomada ou abertura de novos mercados, como Azerbaijão e Bulgária.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

A Taurus acumulou receita líquida de R\$ 999,6 milhões no exercício de 2019, superando em 18,3% o desempenho obtido em 2018 e mantendo, assim, a tendência de alta já observada no ano anterior. O destaque em termos de evolução foi o mercado interno, responsável por receita de R\$ 187,4 milhões, o que representa crescimento de 24,4% em relação ao exercício anterior, principalmente em razão do aumento das receitas com vendas de armas.

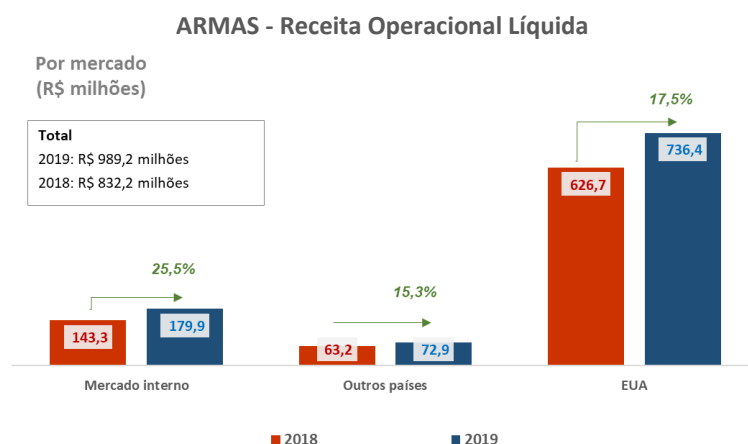
A receita com a venda de M.I.M. da Companhia em 2019 foi de R\$ 10,4 milhões, ou 1,0% da receita total. Esse segmento de atuação era integralmente operado pela subsidiária Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. Em 31/12/2019, em alinhamento com sua estratégia, a Companhia decidiu realizar a cisão parcial de sua subsidiária Polimetal, seguida de incorporação pela controladora Taurus da parcela cindida que é destinada ao atendimento das demandas internas, enquanto as operações destinadas a terceiros permaneceram na subsidiária. Além de benefícios fiscais de (aproximadamente R\$ 170 milhões de aproveitamento da base negativa de prejuízos fiscais para utilização na apuração do Imposto de Renda e contribuição social e aceleração de uso de créditos de ICMS da Polimetal na Taurus), a operação proporciona aumento de sinergia e eficiência produtiva e administrativa, melhoria de controles internos, assim como redução de custos e despesas.



A manutenção de mais um ano consecutivo de aumento da receita é um indicador que a ampla reestruturação da Companhia, tanto em termos operacionais como em termos de gestão, tem sido positiva para os negócios.

No **segmento de armas**, a receita líquida em 2019 foi de R\$ 989,2 milhões, superando em 18,7% o registrado no ano anterior. O crescimento se deu tanto na receita do mercado interno, como também do mercado norte-americano e na exportação para outros países. A Taurus tem apresentado ao mercado produtos de qualidade e inovadores. O amplo portfólio de produtos e a renovação da linha de armas, com o lançamento de 50 modelos nos últimos dois anos, sendo 17 em 2019, têm

atraído o interesse do consumidor no Brasil e no exterior, contribuindo para o aumento do volume e do preço médio de vendas, propiciando, assim, a evolução positiva da receita. Em 2019, a venda de novos produtos foi responsável por mais da metade (52,3%) da receita com a venda de armas da Companhia.



Segundo maior mercado da Taurus, as vendas de armas no Brasil são direcionadas às Forças Armadas, polícias, seus integrantes e CACs (colecionadores, atiradores desportistas e caçadores). Em 2019, a receita de armas no **mercado interno** totalizou R\$ 179,9 milhões, com alta de 25,5% ante o registrado no exercício anterior. Além da retomada de compras institucionais (polícias e Forças Armadas), a Companhia registrou aumento no volume de vendas individuais. A maior força do mercado local pode ser observada com o sucesso das promoções voltadas para CACs realizadas no segundo semestre do ano. Na promoção “Semana do Brasil”, entre 6 e 15 de setembro, toda a linha de armas foi oferecida com desconto de 20% para pedidos realizados pelo website da Taurus. A iniciativa teve excelente resposta do consumidor, gerando vendas de mais de 12 mil unidades no período. Entre 25 de novembro e 3 de dezembro, as vendas promocionais da “Black Week” superaram as 4 mil unidades.

Nos **EUA** o aumento das vendas, o portfólio de maior valor agregado e, ainda, o ganho auferido com a variação cambial ao contabilizar essas vendas em moeda nacional levaram ao aumento de 17,5% na receita em 2019, apesar desse mercado se mostrar ainda bastante competitivo no decorrer do ano. Em 2019, foi registrada receita líquida de R\$ 736,4 milhões com a venda de armas nos EUA, o que representa 73,7% da receita total da Companhia no exercício. A Taurus tem obtido sucesso na sua estratégia de se firmar como marca que incorpora inovação, qualidade e confiabilidade, ao mesmo tempo que oferece ao consumidor uma opção com preço atrativo. Esse posicionamento tem permitido à Companhia ampliar sua participação no mercado norte-americano.

O trabalho comercial realizado no sentido de ampliar as exportações de armas para **outros países** faz parte do planejamento estratégico da Taurus, de modo a expandir o mercado para seus produtos e reduzir o grau de dependência do mercado norte-americano. Nesse sentido, em janeiro de 2020 foi firmado acordo com empresa siderúrgica na Índia para a construção de uma fábrica nesse país, visando ampliar a atuação da Taurus na região (mais informações sobre a joint venture no item “Eventos subsequentes” deste relatório). Em 2019, exportações para mais de 23 países proporcionaram receita de R\$ 72,9 milhões, com destaque para as vendas de espingardas ST12 para a polícia de Bangladesh e para as vendas de pistolas TS9 para a polícia das Filipinas, concorrências internacionais vencidas pela Taurus após exigentes testes de qualidade e confiabilidade realizados.

Lucro bruto

A Companhia vem mantendo o foco em qualidade e inovação, seguindo em paralelo com o processo de gestão de custos, que visa garantir a rentabilidade dos negócios. O modelo adotado envolve cuidadoso controle sobre as compras e próximo acompanhamento do giro de estoques de matérias primas e de produtos, assim como a qualificação de fornecedores, de modo a garantir volume e qualidade dos materiais, com custo adequado.

Com aumento da receita a cada trimestre do ano em relação a iguais períodos de 2018, ao mesmo tempo em que prossegue o firme gerenciamento sobre os custos, o lucro bruto em 2019 totalizou R\$ 340,6 milhões, melhor resultado bruto da história da Taurus, gerado quase que exclusivamente pela operação de armas. O desempenho de 2019 superou em 10,7% o registrado no exercício anterior, que já tinha apresentado forte evolução em relação a 2017. Nos últimos três exercícios, entre 2017 e 2019, o lucro bruto da Companhia foi multiplicado em quase 3,6 vezes. O aumento do lucro bruto foi acompanhado da manutenção da margem bruta em nível superior a 30%, atingindo 34,1% em 2019.

O novo patamar de resultado bruto da Companhia demonstra o acerto da reestruturação realizada, com a adequação de processos e do mix de produtos, que envolveu ações como a eliminação de modelos com margens negativas, o redesenho de componentes e o investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Despesas operacionais

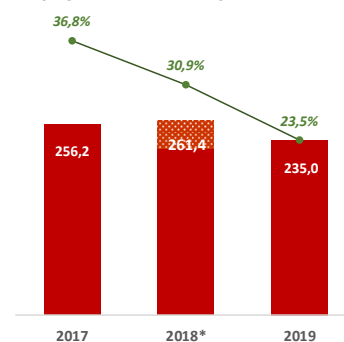
As **despesas operacionais** em 2019, de R\$ 235,0 milhões, tiveram redução de 10,1% em relação ao exercício anterior, e representaram 23,5% da receita operacional líquida do exercício, evidenciando o ganho de rentabilidade operacional alcançado no decorrer dos últimos três anos, de 2017 a 2019, conforme pode ser observado no gráfico acima. Além do resultado positivo da reestruturação e revisão de processos administrativos sobre as despesas, dois principais fatores explicam a redução das despesas operacionais no último exercício, a saber, base majorada em 2018 em razão de despesas não recorrentes no total de R\$ 37,1 milhões e receitas extraordinárias classificadas na conta de “outras receitas/despesas operacionais” em 2019.

As **despesas gerais e administrativas**, grupo de maior representatividade entre as despesas da Companhia, somaram R\$ 142,2 milhões em 2019, com redução de 3,0% na comparação com o ano anterior, contribuindo para reduzir a participação do total das despesas em relação à receita líquida. Cabe lembrar que, em 2018, essas despesas foram pressionadas por desembolsos não recorrentes de R\$ 15,6 milhões relacionadas ao acordo judicial firmado pela Companhia nos EUA (“Burrow Case”), parcialmente contabilizado nesse grupo de contas no último trimestre do ano. Não fossem tais despesas extraordinárias, a conta teria apresentado alta de 8,5% no período, evolução ainda inferior ao aumento da receita de 18,3% verificado em 2019.

As **despesas com vendas** somaram R\$ 122,7 milhões em 2019, com evolução de 26,4% em relação ao exercício anterior. Parte desse aumento está relacionado às despesas variáveis que acompanham o aumento das vendas, além de maiores esforços de marketing, com ações no sentido de reforçar o reconhecimento da marca no Brasil e no exterior, além de outras despesas extraordinárias.

A conta de **outras receitas/(despesas) operacionais** apresentou saldo positivo de R\$ 32,6 milhões em 2019, comparado a saldo negativo de R\$ 14,7 milhões apurado no exercício anterior. O resultado de 2019 incorpora receita extraordinária referente à recuperação de impostos de exercícios anteriores, com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins.

Despesas operacionais (R\$ milhões) e sua participação na receita operacional líquida



* 2018 inclui R\$ 37,1 milhões de despesas extraordinárias não recorrentes, relacionadas a ação judicial nos EUA (“Burrow Case”)

Por outro lado, em 2018, foram registradas nessa conta R\$ 21,5 milhões de despesas não recorrentes relacionadas ao “Burrow Case”.

Ebitda

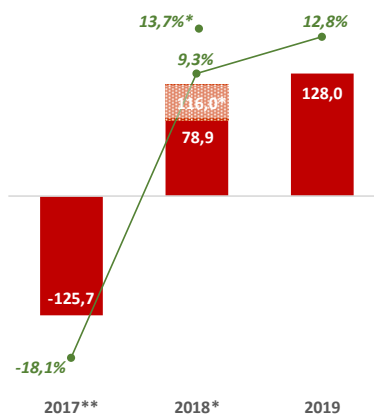
Com geração operacional de caixa medida pelo Ebitda de R\$ 128,0 milhões e margem de 12,8% em 2019, a Taurus completa o segundo ano de desempenho positivo desse indicador, com oito trimestres consecutivos de Ebitda positivo, à exceção do 4T18, quando despesas extraordinárias e não recorrentes relacionadas a acordo judicial firmado nos EUA (“Burrow Case”) pressionaram o resultado. A performance reforça que a Companhia assumiu novo padrão de desempenho operacional a partir da reestruturação realizada, que vem proporcionando maior eficiência operacional e capacidade de geração de caixa.

O resultado apurado no Ebitda de 2019 é superior ao de 2018, ano no qual a Companhia já apresentou desempenho operacional positivo, em 62,2% ou, considerando o Ebitda ajustado sem as despesas não recorrentes registradas naquele ano, em 10,3%. O patamar alcançado é compatível com aquele apresentado por empresas internacionais do setor, e consolida a reversão do desempenho negativo apurado nesse indicador em 2017 e em anos anteriores.

Cálculo Ebitda – reconciliação de acordo com ICVM 527/12

R\$ milhões	2019	2018	Var. %
Resultado antes do resultado financeiro e tributos (Ebit)	105,7	46,2	128,5%
Depreciação e amortização	22,3	32,7	-31,9%
Ebitda	128,0	78,9	62,2%
Margem Ebitda	12,8%	0,1	+3,7 p.p
<i>Burrow Case</i>			
Despesas gerais e administrativas	-	15,6	-
Outras despesas operacionais	-	21,5	-
Ebitda ajustado	128,0	116,0	10,3%
Margem Ebitda ajustada	12,8%	13,7%	-0,7 p.p

Ebitda (R\$ milhões) e Margem Ebitda



* Ebitda ajustado em 2018, excluindo R\$ 37,1 milhões referentes a despesas não recorrentes relacionadas a acordo judicial.

** 2017 - Desconsidera o resultado da operação de capacetes.

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Ebitda de maneira diferente da aqui apresentada.

Resultado financeiro

Em paralelo à evolução positiva dos indicadores operacionais, as medidas tomadas com o objetivo de viabilizar a retomada de resultados saudáveis e a melhoria dos indicadores também vêm mostrando seus resultados positivos em termos financeiros. Com aumento das receitas financeiras e a simultânea redução das despesas financeiras em relação ao apurado em 2018, houve diminuição no saldo líquido da conta no período em 56,2%. Em 2019, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 80,5 milhões, enquanto em 2018 totalizou R\$ 183,6 milhões negativo. Essa evolução está relacionada ao acordo assinado em julho de 2018 com o sindicato de bancos credores, que reduziu em 57,7% o custo da dívida da Companhia.

As despesas financeiras da Taurus são influenciadas, em boa parte, pelo efeito da variação do real frente ao dólar norte americano que, em 2018, apresentou desvalorização média de 14,5% e, em 2019, de 7,9%, uma vez que a maior parte do endividamento da Companhia (81,1% em 31/12/2019), e portanto também dos encargos dessa dívida, são cotados nessa moeda estrangeira. O fato de que também a maior parte da receita da Taurus – 81,8% no exercício de 2019 – é proveniente de exportações, cria *hedge* natural para a variação cambial.

Resultado líquido

A partir da melhoria dos resultados e indicadores operacionais e financeiros decorrentes do processo de reestruturação adotado na Taurus, a Companhia registrou resultado antes dos tributos sobre o lucro de R\$ 25,2 milhões no exercício de 2019. Considerando o resultado negativo de R\$ 4,2 milhões apurado na operação de capacetes, classificada como operações descontinuadas, e o resultado positivo contabilizado como Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro de R\$ 22,5 milhões, o resultado final em 2019 foi lucro líquido de R\$ 47,6 milhões

Esse desempenho evidencia o avanço obtido a partir das medidas que vêm sendo tomadas para garantir a rentabilidade sustentável das atividades, revertendo o resultado líquido negativo que a Companhia registrou nos sete últimos exercícios.

ENDIVIDAMENTO

No encerramento do exercício de 2019 a Taurus registrava dívida bruta de R\$ 901,7 milhões. A partir de julho de 2019 (3T19), a Companhia iniciou o pagamento da primeira parcela do principal da dívida do syndicado dos bancos, de R\$ 74,5 milhões. Com maior capacidade de geração de caixa a partir de suas atividades operacionais, mesmo cumprindo com suas obrigações financeira, a Taurus chegou ao final do exercício de 2019 com posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 36,0 milhões, montante R\$ 7,4 milhões ou 25,9% superior ao apurado em 31/12/2018. Dessa forma, a dívida líquida ao final de 2019 era de R\$ 865,7 milhões.

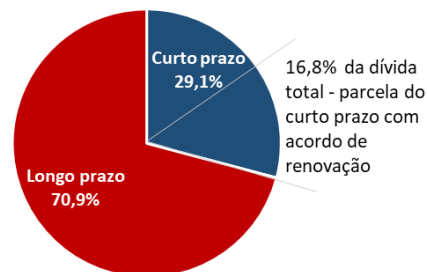
<i>R\$ milhões</i>	31/12/2019	31/12/2018	Var. %
Empréstimos e financiamentos	97,6	103,7	-5,9%
Debêntures	13,3	9,5	40,0%
Adiantamento de recebíveis	73,5	48,5	51,5%
Saques cambiais	78,2	43,8	78,5%
Curto prazo	262,6	205,4	27,8%
Empréstimos e financiamentos	577,4	627,9	-8,0%
Debêntures	61,6	75,6	-18,5%
Longo prazo	639,1	703,6	-9,2%
Endividamento bruto	901,7	908,9	-0,8%
Caixa e aplicações financeiras	36,0	28,6	25,9%
Endividamento líquido	865,7	880,3	-1,7%

Em termos de prazo de vencimento, a dívida da Companhia é majoritariamente de longo prazo, perfil assumido desde a conclusão da renegociação do endividamento bancário em julho de 2018. Em 31/12/2019, 70,9% da dívida bruta total, ou R\$ 639,1 milhões, tinha seu vencimento no longo prazo.

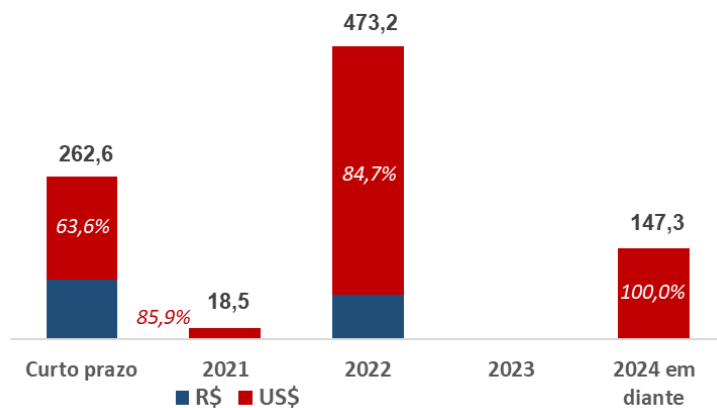
Além disso, conforme nota explicativa que acompanha as Demonstrações Financeiras, dos R\$ 262,6 milhões contabilizados no curto prazo ao final de setembro de 2019, R\$ 151,7 milhões, ou 57,8% dessa parcela da dívida, são representados por descontos de recebíveis e saques cambiais, que podem ser rolados. Ainda que registradas no curto prazo, o acordo firmado com o banco credor prevê sua renovação automática a cada vencimento, com a possibilidade de liquidação até 17/10/2022. Dessa forma, a parcela da dívida que efetivamente vence no curto prazo representava 12,3% do total da dívida bruta em 31/12/2019.

Em termos de moeda, a dívida da Taurus é predominante em dólares norte-americanos. Em 31/12/2019, a parcela da dívida bruta total registrada em dólares era de R\$ 731,0 milhões, ou 81,1%. Assim, a cotação do dólar norte-americano em relação à moeda nacional tem significativa influência sobre a posição de endividamento da Companhia. Ao mesmo tempo, conforme já comentando neste relatório no item sobre as despesas financeiras, a Taurus tem um *hedge* natural para essa dívida em moeda estrangeira, uma vez que a maior parte de sua receita – 81,3% em 2019 – é proveniente de vendas no exterior e, portanto, também realizadas em dólares.

Dívida Bruta em 31/12/2019
R\$ 901,7 milhões



Cronograma do vencimento da dívida
Por moeda - R\$ milhões em 31/12/19



MERCADO DE CAPITAIS

Listada no Nível II da Bolsa Brasil Balcão – B3, segmento diferenciado de mercado no qual as Companhias assumem compromissos adicionais em termos de boas práticas de governança corporativa, as ações da Taurus apresentaram valorização em 2019, conforme tabela a seguir.

No exercício, o volume médio diário negociado das ações ON (TASA3) totalizou R\$ 275,8 mil com média de 2.593 negócios realizados, enquanto as ações PN (TASA4) atingiram volume médio diário de R\$ 1,6 milhão e média de 3.464 negócios realizados. O valor de mercado no encerramento do exercício era de R\$ 482,9 milhões.

Desempenho das ações e Ibovespa

	TASA3	TASA4	IBOV	Valor de mercado
31/12/2018	R\$ 4,79	R\$ 4,05	87.887	R\$ 383,3 milhões
31/12/2019	R\$ 5,11	R\$ 5,99	115.645	R\$ 482,9 milhões
Variação	+ 6,5%	+ 47,9%	+ 31,6%	+26,0%

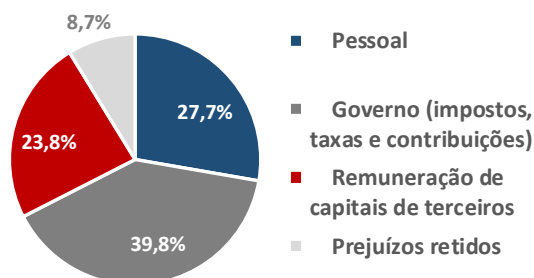
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em 2019, as atividades da Taurus geraram R\$ 497,0 milhões de valor adicionado, superando em 113,6% o registrado no exercício anterior. O índice de agregação de valor em relação à receita bruta de R\$ 1.235,0 milhões do exercício foi de 40,2%, ou seja, de cada R\$ 1,00 recebido pela Companhia em 2019, R\$ 0,40 foram distribuídos entre os agentes da sociedade conforme indicado no gráfico.

R\$ milhões

	2019	2018
Receitas	1.235,0	904,2
Insumos Adquiridos de Terceiros	-747,9	-669,7
Valor Adicionado Bruto	487,1	234,6
Depreciação, amortização e exaustão	-22,4	-32,7
Valor Adicionado Líquido Produzido	464,7	201,9
Receitas Financeiras	36,5	28,1
Valor adicionado das op. descontinuadas a distribuir	-4,2	2,7
Total do Valor Adicionado a Distribuir	497,0	232,7
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	137,8	130,5
Governo (impostos, taxas e contribuições)	197,5	-44,8
Remuneração de capitais de terceiros	118,2	206,9
Remuneração de capitais próprios	0,0	0,0
Prejuízos retidos	43,4	-59,9

Distribuição do valor adicionado
R\$ 497,0 milhões



EVENTOS SUBSEQUENTES

Assinatura de acordo de *joint venture* na Índia

Em 27/01/2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que seu Conselho de Administração assinou, em reunião realizada em 22 de janeiro, acordo definitivo para criação de *joint venture* com a Jindal Group, empresa com faturamento anual superior a US\$ 24 bilhões e 200 mil funcionários, maior fabricante de aço da Índia e uma das dez maiores do mundo.

A *joint venture* tem participação de 51% da Jindal Group e 49% da Taurus, montará uma fábrica de armas na Índia para a produção de fuzis, pistolas e revólveres para os mercados civis, de segurança pública e militar. A celebração desse acordo é um passo importante na estratégia global da Taurus e colocará à empresa em uma posição de destaque no mercado mundial de armas.

Prêmio Qualidade 2019 - Apimec/SP

A reunião pública realizada pela Taurus em agosto de 2019, com analistas, demais profissionais de investimento e investidores em geral, foi selecionada entre as 10 melhores do ano. Em 2019, cerca de 5,4 mil profissionais de investimento

participaram das 54 Reuniões APIMEC SP realizadas por companhias abertas. Cada reunião foi aferida, imediatamente após sua realização, por meio de um questionário de avaliação que aborda aspectos relacionados à qualidade das informações apresentadas e à dinâmica da reunião. Encerrado o ano, foram selecionadas as reuniões com as dez melhores notas.

Potenciais impactos do COVID -19

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes ao Covid-19 que possam vir a afetar suas atividades. Até a presente data, não houve mudança significativa registrada em relação a nossos fornecedores e, também, não foi quantificado risco elevado de danos econômicos expressivos para a Taurus.

A dependência de produtos importados é baixa e, ainda, os fornecedores estrangeiros de componentes e insumos mais relevantes podem ser substituídos por fornecedores nacionais. Para itens considerados críticos, a Companhia conta com estoque que atende sua necessidade para período de cerca de 5 meses.

Com relação às exportações, responsável pela maior parte de sua receita, a Taurus está trabalhando dentro do cronograma previsto para a entrega de seus produtos, especialmente no mercado norte-americano. No mercado nacional, até o momento não foi observada qualquer alteração no comportamento de clientes e distribuidores.

Diversas medidas estão sendo adotadas com o objetivo de reduzir ao máximo a exposição ao potencial contágio de nossa equipe de colaboradores pelo Covid-19, como a suspensão de quase todas as viagens a trabalho, da entrada de fornecedores na fábrica, da realização de reuniões e do recebimento de visitas nas instalações da Taurus. A Companhia está divulgando e reforçando a importância da adoção, por seus colaboradores e familiares, de hábitos preventivos de higiene e cuidados com a saúde.

A análise realizada está fundamentada nas evidências apuradas até a presente data, considerando o acompanhamento e monitoramento de risco e a evolução da situação de disseminação do Covid-19. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a rever sua posição e/ou a afetar a continuidade normal das operações em suas unidades.

AUDITORIA EXTERNA – INSTRUÇÃO CVM Nº 381/2003

A KPMG Auditores Independentes prestou o serviço de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício de 2019. Adicionalmente, em 2019, essa empresa prestou para a Taurus serviços de consultoria tributária (*compliance* tributário), além de avaliação do acervo líquido patrimonial da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. a ser transferido, a valores contábeis, para a controladora. O valor total dos honorários contratados em relação a esses serviços adicionais foi de R\$ 640.321,65, o que representou aproximadamente 84% da remuneração referente aos serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

A Taurus zela para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, tendo como prática não acessar seus serviços para qualquer assunto que possa vir a interferir na auditoria das demonstrações financeiras.

Para a realização da contratação desses serviços adicionais, a KPMG Auditores Independentes apresentou declaração de que tais serviços não afetam a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	35.966	26.766	7.376	5.157
Aplicações financeiras e contas vinculadas	8	16	1.801	16	1.801
Clientes	9	164.997	140.420	113.054	114.744
Estoques	10	315.771	277.037	157.937	103.818
Impostos a recuperar	11	31.078	29.461	25.448	14.991
Pagamentos antecipados		6.279	6.309	4.091	2.366
Outras contas a receber	12	20.217	11.872	16.056	31.458
Ativos mantidos para venda	14	120.212	122.551	-	-
		694.536	616.217	323.978	274.335
Não circulante					
Aplicações financeiras e contas vinculadas	8	1	1.053	1	746
Impostos a recuperar	11	-	246	-	121
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	96.226	73.419	65.328	44.653
Crédito com empresas ligadas	25	-	-	21.728	18.164
Outras contas a receber	12	14.294	9.821	13.100	5.333
		110.521	84.539	100.157	69.017
Controladas	15	-	-	364.251	444.788
Outros investimentos		192	192	190	190
Imobilizado	16	181.247	144.429	92.985	32.599
Intangível	17	79.944	75.779	11.979	6.056
		261.383	220.400	469.405	483.633
Total do Ativo		1.066.440	921.156	893.540	826.985

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		114.157	94.707	70.359	155.932
Empréstimos e financiamentos	18	97.617	103.676	97.617	103.676
Adiantamento de recebíveis	18	73.516	48.455	73.516	48.455
Adiantamentos de câmbio	18	78.196	43.795	78.196	43.795
Debêntures	19	13.290	9.450	13.290	9.450
Salários e encargos sociais	21	30.374	31.946	21.747	14.116
Impostos, taxas e contribuições	22	52.921	41.902	25.700	14.903
Adiantamentos de clientes		49.428	28.793	49.466	27.848
Dividendos a pagar		3	3	3	3
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	23	54.431	60.273	48.145	52.501
Partes relacionadas – mútuos financeiros		-	-	53.359	59.057
Provisão para garantia de produtos	32	18.105	17.903	13.092	12.654
Outras contas a pagar	20	20.239	21.453	6.340	4.436
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada	14	27.742	33.270	-	-
		630.019	535.626	550.830	546.826
Não circulante					
Fornecedores		-	395	-	233
Empréstimos e financiamentos	18	577.445	627.927	430.128	501.128
Debêntures	19	61.629	75.638	61.629	75.638
Impostos, taxas e contribuições	22	177	592	164	549
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	10.263	20.804	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	23	61.678	61.558	58.474	44.099
Partes relacionadas – mútuos financeiros		-	-	6.492	6.241
Provisão para garantia de produtos	32	5.559	5.579	-	-
Provisão para passivo a descoberto		-	-	17.476	16.165
Outras contas a pagar	20	24.291	-	72.968	43.069
		741.042	792.493	647.331	687.122
Total do passivo		1.371.061	1.328.119	1.198.161	1.233.948
Passivo a descoberto					
Capital social	27	520.277	465.218	520.277	465.218
Reservas de capital		9.880	9.826	9.880	9.826
Transações de capital		(40.996)	(40.996)	(40.996)	(40.996)
Prejuízos acumulados		(970.315)	(1.012.915)	(970.315)	(1.012.915)
Ajustes de avaliação patrimonial		45.959	47.023	45.959	47.023
Ajustes acumulados de conversão		130.574	124.881	130.574	124.881
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-
Total do passivo a descoberto		(304.621)	(406.963)	(304.621)	(406.963)
Total do passivo e do passivo a descoberto		1.066.440	921.156	893.540	826.985

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Receita operacional líquida	28	999.581	845.287	708.442	626.631
Custos dos produtos vendidos	29	(658.952)	(537.660)	(475.827)	(427.021)
Lucro bruto		340.629	307.627	232.615	199.610
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas de vendas	29	(122.667)	(97.067)	(58.830)	(42.719)
Despesas administrativas e gerais	29	(142.220)	(146.596)	(69.228)	(84.820)
Resultado de equivalência patrimonial	15	-	-	(5.500)	16.700
Provisão para perda de valor recuperável de instrumentos financeiros	9	(2.664)	(3.024)	(2.191)	420
Outras receitas operacionais, líquidas		51.201	63.341	43.768	8.722
Outras despesas operacionais, líquidas	29	(18.615)	(78.033)	(18.392)	(29.520)
		(234.965)	(261.379)	(110.373)	(131.217)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		105.664	46.248	122.242	68.393
Receitas financeiras		36.459	28.103	34.496	25.278
Despesas financeiras		(116.944)	(211.683)	(123.480)	(201.120)
Resultado financeiro líquido	30	(80.485)	(183.580)	(88.984)	(175.842)
Resultado operacional antes dos impostos		25.179	(137.332)	33.258	(107.449)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(11.988)	(1.864)	(5.620)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	34.440	76.590	15.788	47.587
Resultado antes da reversão do juros sobre o capital próprio		47.631	(62.606)	43.426	(59.862)
Participação minoritária		-	-	-	-
Resultado do exercício		47.631	(62.606)	43.426	(59.862)
Resultado de operações descontinuadas		(4.205)	2.744	-	-
Resultado do exercício		43.426	(59.862)	43.426	(59.862)
Prejuízo por ação ordinária - básico - R\$	27.c	0,5142	(0,9250)	0,5142	(0,9250)
Prejuízo por ação preferencial - diluído -R\$	27.c	0,4910	(0,7996)	0,4910	(0,7996)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Prejuízo do exercício	43.426	(59.862)	43.426	(59.862)
Outros resultados abrangentes				
Ajuste acumulado de conversão	5.693	29.212	5.693	29.212
Resultado abrangente total	49.119	(30.650)	49.119	(30.650)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas e Transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017		404.489	-	(40.996)	48.240	95.669	(952.635)	(445.233)
Aumento de capital social		60.729	-	-	-	-	-	60.729
Gastos com Emissão de Ações		-	-	9.826	-	-	-	9.826
Adoção inicial IFRS 9		-	-	-	-	-	(1.635)	(1.635)
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	29.212	-	29.212
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – mais valia em ativos, líquido de efeitos tributários		-	-	-	(262)	-	262	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – mais valia em ativos em controladas, líquido de efeitos tributários		-	-	-	(955)	-	955	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(59.862)	(59.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		465.218	-	(31.170)	47.023	124.881	(1.012.915)	(406.963)
Aumento de capital social		55.059	-	-	-	-	-	55.059
Gastos com Emissão de Ações		-	-	54	-	-	-	54
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	-	-
Outras transações		-	-	-	-	5.694	-	5.694
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – mais valia em ativos, líquido de efeitos tributários		-	-	-	-	-	(1.890)	(1.890)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – mais valia em ativos em controladas, líquido de efeitos tributários		-	-	-	(282)	-	282	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(782)	-	782	-
		-	-	-	-	-	43.426	43.426
Saldo em 31 de dezembro de 2019		520.277	-	(31.116)	45.958	130.575	(970.315)	(304.621)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	25.179	(137.332)	33.258	(107.449)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	22.375	34.230	5.425	8.049
Custo do Ativo Permanentemente Baixado	6.796	49.475	1.844	(483)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.664	3.024	2.191	1.214
Provisão para riscos judiciais	7.243	23.198	7.638	24.438
Provisão para garantias	182	6.762	438	5.890
Provisão para perda de estoques	(3.797)	(25.801)	(3.978)	(25.056)
Equivalência patrimonial	-	-	5.500	(16.700)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	30.451	118.245	32.760	106.297
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	40.844	59.548	40.844	53.930
Instrumentos financeiros derivativos	-	(242)	-	-
Valor justo de ativo mantido para venda	(3.980)	-	-	-
Caixa Líquido das Operações Descontinuadas	4.411	7.163	-	-
	132.368	138.270	125.920	50.130
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução de estoques	(36.827)	(56.722)	(43.034)	16.393
(Aumento) redução de contas a receber de clientes	(27.240)	(25.792)	63.105	(36.271)
(Aumento) redução de outras contas a receber	(34.922)	6.040	(13.277)	14.268
(Redução) aumento em fornecedores	19.056	3.184	(92.042)	21.333
(Redução) aumento de contas a pagar	63.254	(32.045)	27.270	(75.147)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.901)	(924)	-	-
	(23.580)	(106.259)	(57.978)	(59.424)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	108.788	32.011	67.942	(9.294)
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Crédito de empresas ligadas	-	-	20.754	(9.731)
Imobilizado	(61.463)	(12.652)	(12.961)	(3.333)
Intangível	(6.098)	(4.371)	(6.224)	(1.175)
Aplicações financeiras	2.837	(69)	2.530	(17)
Caixa Líquido Atividades de Investimentos Descontinuadas	(2.294)	(1.903)	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(67.018)	(18.995)	4.099	(14.256)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital	55.059	729	55.059	729
Empréstimos tomados	105.122	213.184	77.846	170.682
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(137.969)	(98.794)	(133.520)	(57.903)
Juros pagos	(45.695)	(105.352)	(45.695)	(105.196)
Mútuos financeiros	(7.761)	-	(23.512)	17.852
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento Descontinuadas	(1.326)	(2.696)	-	-
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(32.570)	7.071	(69.822)	26.164
(Redução) aumento em caixa e equivalentes	9.200	20.087	2.219	2.614
Demonstração da variação de caixa e equivalentes				
No início do exercício	26.766	6.679	5.157	2.543
No final do exercício	35.966	26.766	7.376	5.157
(Redução) aumento em caixa e equivalentes	9.200	20.087	2.219	2.614

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.186.427	841.693	875.659	623.202
Outras receitas	51.201	63.341	43.768	8.722
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.664)	(810)	(2.191)	420
	1.234.964	904.224	917.236	632.344
Insumos adquiridos de terceiros, incluindo os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(676.917)	(603.131)	(476.434)	(438.725)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(70.953)	(66.519)	(63.216)	(53.440)
	(747.870)	(669.650)	(539.650)	(492.165)
Valor adicionado bruto	487.094	234.574	377.586	140.179
Depreciação e amortização	(22.375)	(32.724)	(5.425)	(7.487)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	464.719	201.850	372.161	132.692
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(5.500)	16.700
Receitas financeiras	36.459	28.103	34.496	25.278
	36.459	28.103	28.996	41.978
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir	501.178	229.953	401.157	174.670
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir	(4.205)	2.744	-	-
Total do valor adicionado a distribuir	496.973	232.697	401.157	174.670
Distribuição do valor adicionado				
Colaboradores				
Remuneração direta	104.555	105.224	44.988	53.429
Benefícios	25.244	21.675	11.971	10.814
FGTS	7.999	3.631	3.371	1.531
	137.798	130.530	60.330	65.774
Governos				
Federais	146.249	(45.195)	123.786	(32.733)
Estaduais	50.933	1	49.681	-
Municipais	367	346	49	52
	197.549	(44.848)	173.516	(32.681)
Financiadores				
Juros	116.941	206.209	123.477	201.270
Aluguéis	1.259	668	408	169
	118.200	206.877	123.885	201.439
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízos retidos, líquido da realização de ajustes de avaliação patrimonial - Continuadas	47.631	(62.606)	43.426	(59.862)
Prejuízos retidos, líquido da realização de ajustes de avaliação patrimonial - Descontinuadas	(4.205)	2.744	-	-
	43.426	(59.862)	43.426	(59.862)
	496.973	232.697	401.157	174.670

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Taurus Armas S.A. ("Companhia"), com sede em São Leopoldo/RS, foi constituída em 17 de novembro de 1939. É uma companhia brasileira de capital aberto desde 1982, e desde 2011 está listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (símbolos de negociação são TASA3, TASA4).

A Companhia atua nos segmentos de Armas e Acessórios e M.I.M. ("Metal Injection Molding"), possuindo duas plantas industriais, uma no Brasil, situada no Estado do Rio Grande do Sul, e outra, agora em Bainbridge, situada no Estado da Geórgia nos Estados Unidos.

No Brasil, as vendas são direcionadas para polícias estaduais, federais, civis e militares, além do mercado civil. A Taurus é credenciada como EED - Empresa Estratégica de Defesa e, desta forma, está habilitada a fornecer produtos para as Forças Armadas do Brasil.

No exterior, além de distribuir produtos das marcas TAURUS e ROSSI produzidos no Brasil, a unidade da Geórgia fabrica modelos de pistolas TAURUS e revólveres HERITAGE. As vendas para os Estados Unidos atendem, principalmente, o mercado civil americano e órgãos governamentais nas demais regiões.

Em março de 2018, a Administração da Companhia assumiu o compromisso de alienação da operação de capacetes. Para a condução desse processo foi contratada consultoria especializada. Devido à decisão de venda do investimento, esse foi classificado como "mantido para venda" e contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. A operação de capacetes possui duas unidades de produção, uma em Mandirituba/PR e outra em Simões Filho/BA.

Em 3 de dezembro de 2018, as atividades de produção na unidade de Simões Filho/BA foram encerradas.

Em 12 de abril de 2018, a unidade dos Estados Unidos assinou com o Governo da Georgia um memorando de entendimentos para a realocação da sede da subsidiária norte americana de Miami na Flórida/EUA para a cidade de Bainbridge, na Georgia/EUA.

Esta transferência tem por objetivo otimizar a produção nos Estados Unidos, a fim de melhor atender a demanda local no que tange volume de produção, desenvolvimento de novos produtos e melhora na percepção da marca Taurus. Também espera-se que essa mudança venha trazer reduções de custo, com a concessão e incentivos estaduais, e consequentemente, aumento de rentabilidade da operação.

A nova planta foi inaugurada em 05 de dezembro de 2019 com as linhas de produção em operação, sendo que a migração total de suas atividades para a Georgia concluiu-se no final de 2019 quando passou a ter o seu completo funcionamento.

Equacionamento Econômico/Financeiro

Em 18 de julho de 2018, a Administração da Companhia concluiu o processo de renegociação e formalização de assinatura de contratos de dívidas com o Sindicato de Bancos (Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú e Banco Bradesco), bem como o processo de renegociação de sua terceira emissão pública de Debêntures com o Banco Haitong. Os termos da operação contemplam o alongamento do prazo de vencimento de dívidas com os credores no valor equivalente a, aproximadamente, US\$ 162.000 (cento e

sessenta e dois milhões de dólares americanos). O prazo total para pagamento das operações passa a ser de 5 (cinco) anos, com carência de pagamentos do principal e juros no ano de 2018. A amortização do principal e dos juros ocorrerá em pagamentos mensais, sendo iniciados em 21 de janeiro de 2019. Os custos da operação passaram a ser Libor Mês + 3% a.a. nas operações em Dólar e CDI + 2,00% para a 3ª Emissão de Debêntures.

A Operação conta com as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas das empresas Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (antiga Taurus Blindagens Ltda.) e da Taurus Blindagens Nordeste Ltda. ("Alienação Fiduciária"); (ii) hipoteca de segundo grau de dois imóveis localizados em Mandirituba/PR e dois imóveis localizados em Porto Alegre/RS e hipoteca de primeiro grau de um imóvel localizado em São Leopoldo/RS ("Hipoteca"); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

Como opção adicional para auxiliar no equacionamento econômico e financeiro, a Companhia mantém sua estratégia de: (a) desinvestimentos de ativos *non-core*, a saber: a operação de capacetes (historicamente rentável e lucrativa), cuja decisão de venda e autorização para os esforços de venda foram efetuados pelo Conselho de Administração em março de 2018, além de extenso terreno em região residencial nobre de Porto Alegre, onde se localizavam as antigas instalações da Companhia; e (b) forte plano de reestruturação, já em andamento e conduzido por uma consultoria especializada já contratada.

O referido plano de reestruturação, em curso, apresentou resultados positivos ao longo do exercício de 2018 com melhoras substanciais em 2019. A Companhia espera que continue trazendo ganhos de eficiência em 2020, especialmente na sua operação americana com a mudança para a nova fábrica em Bainbridge, Georgia/EUA. O plano está dividido em quatro áreas: i) Renegociação da Dívida, ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial e (iv) Avaliação de Resultados. Segue um sumário das ações:

I - Renegociação da Dívida (concluído):

A reestruturação da dívida foi conduzida através de uma renegociação direta e extrajudicial com os credores, compreendendo as seguintes atividades:

- Construção, análise e validação de projeções operacionais e financeiras;
- Elaboração de estratégias de negociação em diferentes cenários;
- Negociação com comitê de credores através de agendamento de reuniões e apresentações;
- Realização das devidas formalizações do processo;

Junto ao Sindicato dos Bancos, no reperfilamento, a Companhia obteve uma redução ao redor de 50% da taxa de juros dos empréstimos.

Houve uma mudança significativa no cronograma de amortizações, que teria o primeiro pagamento de principal em 2018, e após amortizações trimestrais, com a renegociação houve carência do pagamento de principal no ano de 2018 e a partir de 2019 os pagamentos serão mensais. Abaixo, o quadro demonstrando percentualmente as amortizações.

SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO ANTES RENEGOCIAÇÃO	SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO APÓS RENEGOCIAÇÃO
PPEs e DEBÊNTURES BANCOS BRADESCO, BRASIL, SANTANDER, ITAÚ, HAITONG. 23,07 % DA DÍVIDA EM 2018 30,76 % DA DÍVIDA EM 2019 30,76 % DA DÍVIDA EM 2020 15,41 % DA DÍVIDA EM 2021	PPEs e DEBÊNTURES BANCOS BRADESCO, BRASIL, SANTANDER, ITAÚ, HAITONG. 10,71 % DA DÍVIDA EM 2019 15,90 % DA DÍVIDA EM 2020 2,80 % DA DÍVIDA EM 2021 70,59 % DA DÍVIDA EM 2022

Na renegociação com o Banco Pine, a Companhia também obteve um alongamento no prazo e redução das taxas. As características da renegociação foram diferentes, pois o Banco não possuía *funding* (linha no exterior) para lastrear toda a operação, desta forma a cada vencimento do Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") será liberada uma operação de Adiantamento de Contrato de Câmbio ("ACC") no valor da parcela com prazo inicial de 180 dias e renovado automaticamente a cada vencimento por mais 180 dias. No terceiro e no quarto vencimentos, a renovação será de 99,30% do valor da operação de ACC; no quinto vencimento, serão renovados 99,10% do valor da operação de ACC; nos próximos vencimentos, serão renovados 97,20% da operação de ACC; e até 17 de outubro de 2022 serão liquidadas todas as operações de ACC. Antes da renegociação, a taxa da operação era de 112,00% do CDI. Para as novas operações renegociadas através da modalidade de ACC a taxa será de 5,50% a.a. + variação cambial;

Ressalta-se que nas renegociações, além do alongamento da dívida, ocorrerá redução projetada em mais de R\$ 120 milhões de encargos sobre esse endividamento durante o período de cinco anos.

No ano de 2019 a companhia efetuou o pagamento de 10,71% da dívida negociada, demonstrando que a melhora dos seus resultados está se refletindo na geração de caixa líquida.

A dívida renegociada prevê amortizações extraordinárias com valores provenientes de vendas de ativos ou de subscrição de ações. Nestas situações, os valores são destinados para conta especial denominada conta *Escrow*, onde uma vez transferidos os valores para essa conta, a Companhia não possui mais nenhuma gerência para qualquer tipo de movimentação, somente o agente fiduciário poderá movimentá-la única e exclusivamente para a amortização dos contratos renegociados com o sindicato dos bancos.

II - Eficiência Operacional

De forma macro, a Administração efetuou reavaliação da Estrutura Organizacional da Companhia através da análise de atividades e processos, *Span of Control* e remuneração média:

Etapas concluídas:

- Realinhamento da estrutura com os objetivos estratégicos;
- Definição clara das métricas;
- Simplificação dos níveis hierárquicos para ganho de agilidade na tomada de decisão;
- Normalização das áreas para evitar conflitos e redundâncias;
- Revisão das responsabilidades e funções de cada posição;
- Reavaliação dos níveis de serviço;
- Desenvolvimento de um ambiente participativo e propício às mudanças.
- Redução duradoura e inteligente dos custos.
- Remodelagem do relacionamento com as demais unidades da Companhia;

Etapas em andamento:

- Reavaliação de terceirização de atividades “non-core”;
- Reavaliação da centralização de atividades;
- Eliminação de atividades que não agregam valor;
- Análises para ganhos de eficiência nos processos;

De forma específica, o planejamento e a gestão operacional serão segmentados conforme abaixo com seus respectivos planos de ação já em andamento:

Etapas concluídas:**Planejamento Mestre Operacional:**

- Revisitar o modelo de S&OP.
- Revisitar o processo e modelo lógico de planejamento de produção e inventário de estoques.

Pesquisa e Desenvolvimento:

- Identificação das necessidades de Capex;
- Integração com todas as unidades industriais.
- Cronograma de ações.

Etapas em andamento:**CPV - Custo do Produto Vendido:**

- Analisar a evolução dos Custos Variáveis e Gastos Gerais de Fabricação (GGF) para identificação dos principais desvios e oportunidades.

Planejamento Mestre Operacional:

- Aprimorar a metodologia de previsão de demanda;

Eficácia da Gestão Operacional:

- Revisar métricas, metas e rotinas de apontamento de resultados dos indicadores-chave dos processos;
- Mapear pontos críticos de melhoria de cada processo e desenvolver/implementar as ações corretivas aplicáveis.

Perdas de Materiais (yield e refugo):

- Identificar pontos críticos de melhoria e implementar as ações corretivas aplicáveis.

Ferramentas utilizadas:

- Explosão de Ideias;
- Análise de dados;
- Simulações de cenários;
- Análises de Causa/Efeito;
- Matriz de Compensação.

III - Eficiência Comercial

Para capturar mais ganhos em eficiência na área comercial, está sendo dado foco em três áreas, conforme abaixo:

Etapas concluídas:**Análise de mercado**

- Revisitar o modelo de *pricing*.

Portfólio de produtos

- Analisar para racionalização de SKUs.
- Análise de *performance* das categorias de produtos;
- Definição do posicionamento de cada categoria.

Execução Comercial

- Avaliar o modelo de gestão de rotina de vendas;
- Reestruturar o modelo de acompanhamento do atingimento de metas;
- Reavaliar e modelar um programa de remuneração variável da equipe de vendas.

Etapas em andamento:**Análise de mercado**

- Mapeamento de canais de venda e análise das estratégias por canal;
- Análise de oportunidades para a redução da quantidade de *Layers* e aproximação do ponto de venda.

IV - Avaliação de Resultados (em andamento)

Essas iniciativas objetivam ajustar os processos-chave da Companhia de modo a incrementar a rentabilidade e competitividade da Companhia.

Dessa forma, através da definição de papéis e responsabilidades, métricas de *performance* e uma cultura de disciplina na execução de planos de ação, a Companhia continua tomando ações objetivando uma maior eficiência operacional e financeira, visando a atender à demanda por seus produtos, a melhoria em suas margens, recuperação da rentabilidade e equilíbrio em seus fluxos de caixa.

A Administração avalia que o conjunto de ações relacionadas à melhoria de eficiência operacional descrita acima, aliado às vendas de ativos *non-core*, transações de capital e a já perceptível melhoria na performance das operações serão suficientes para garantir a continuidade normal das operações.

2. Apresentação das informações do exercício**2.1. Base de preparação****a) Declaração de conformidade**

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

b) Declaração da Administração

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2019, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas em sua gestão.

A emissão das Demonstrações Financeiras Anuais, Individuais e Consolidadas, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2020.

2.2. Base de consolidação

	País	Participação societária	
		2019	2018
Taurus Blindagens Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Holdings, Inc.	Estados Unidos	100,00%	100,00%
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. *	Brasil	100,00%	100,00%
T. Investments Co. Inc.*	Panamá	100,00%	100,00%
Taurus Plásticos Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia, direta e indiretamente, no capital das controladas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado segue a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas;
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas; e
- Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável do ativo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, visto que é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e que gera entradas e saídas de caixa. A moeda funcional da controlada Taurus Holdings, Inc., sediada nos Estados Unidos da América, e da controlada T. Investments Co. Inc., sediada no Panamá, é o Dólar Americano, e seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço e seus resultados são convertidos pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes do processo de conversão da controlada no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas: 9 - Clientes (provisão para devedores duvidosos), 10 - Estoques (Provisão para Perda de Estoques), 13 - Imposto de renda e contribuição social, 14 - Ativos mantidos para venda (*impairment*), 16 - Imobilizado (*impairment*), 17 - Intangível (*impairment*), 23 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e 24 - Instrumentos financeiros.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu controles relacionados à mensuração de valor justo que contempla a avaliação periódica dos dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia utiliza o Nível 2 de informações para mensuração do valor justo.

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculos utilizados pela Companhia na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas têm sido aplicadas de maneira consistente pela controladora e suas subsidiárias e são os mesmos quando comparados com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Os valores estão expressos em milhares de Reais, exceto quando apresentados de outra maneira.

a) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas vinculadas, contas a receber de clientes, créditos com pessoas ligadas e outras contas a receber.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis, fornecedores e outras contas a pagar. Esses passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Por política contábil, a Companhia adota a classificação dos juros pagos como atividade de financiamento, de forma consistente em suas Demonstrações Financeiras.

(iii) *Redução ao valor recuperável (impairment)*

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico (CPC01) requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

b) Novas normas, interpretações e revisões de normas vigentes e não vigentes

Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

(i) **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - (Arrendamento)**

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 não apresentou impactos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia.

(ii) **ICPC 22/ IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e

precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

(iii) CPC 50/ IFRS 17– Contratos de Seguros

Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguros que mantém requisitos das regras locais vigentes. O CPC 50 fornecerá um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguros em linha com

a padronização internacional das normas contábeis. A Administração entende que a adoção desta norma não trará impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iv) Emendas do CPC 26 e CPC 23 – Definição de Materialidade

As emendas do CPC 26 e do CPC 23 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Essas emendas entrarão em vigência em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulgando somente informações relevantes.

5. Gerenciamento de risco financeiro

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

5.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras, consideradas pela Administração como instituições de baixo risco.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Para a receita da Companhia, há concentração de vendas para as Partes Relacionadas, Taurus International e Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC, não havendo concentração de risco de crédito com outros clientes.

As aprovações de crédito são analisadas individualmente antes de os termos e as condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. Essa análise inclui avaliações externas e, em alguns casos, referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação de crédito; esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem

em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar quando houver a liquidação dos títulos. Para órgãos públicos, a Administração da Companhia avalia individualmente a capacidade de pagamento e os requisitos licitatórios para realização da venda. A Demonstração Consolidada exclui as transações entre as partes relacionadas e, excluídas essas transações, a Companhia não tem clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas física ou jurídica, varejista ou órgãos públicos, localização geográfica, tipo de indústria e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia, nas vendas realizadas para pessoas físicas, possui condição de antecipação de parte do valor da venda na intenção de compra, e o faturamento e entrega do produto só é realizado se não houver inadimplência por parte do cliente.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco de crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

		Consolidado		Controladora
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	35.966	26.766	7.376	5.157
Custo amortizado				
Recebíveis de clientes	164.997	140.420	113.054	114.744
Aplicações financeiras e conta vinculadas	17	2.854	17	2.547
Total	200.980	170.040	120.447	122.448

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes por região geográfica foi:

		Consolidado		Controladora
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Doméstico – recebíveis de clientes	96.915	97.458	83.972	84.013
Estados Unidos – recebíveis de clientes	79.411	72.557	-	-
Outros	21.712	785	46.249	45.730
Total	198.038	170.800	130.221	129.743

* Os saldos de clientes estão apresentados sem considerar a provisão para perdas (ver nota 9).

A exposição máxima ao risco de crédito por tipo de contraparte foi:

		Consolidado		Controladora
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Clientes – órgãos públicos	6.594	9.787	6.511	9.621
Clientes – distribuidores	171.377	111.732	119.563	84.286
Clientes finais	20.067	49.281	4.147	35.836
Total	198.038	170.800	130.221	129.743

* Os saldos de clientes estão apresentados sem considerar a provisão para perdas (ver nota 9).

Provisão para perdas esperadas

Em conformidade com a norma CPC 48/IFRS 9, a provisão para perdas esperadas leva em consideração indicador interno de avaliação de risco, que captura o comportamento do

cliente e as incertezas do contexto macroeconômico.

Em 31 de dezembro de 2019 os vencimentos da carteira de clientes e da provisão para perdas esperadas estão apresentadas da seguinte forma:

	31-12-2019			Consolidado 31-12-2018		
	Carteira	Provisão	%Cobertura	Carteira	Provisão	%Cobertura
Não vencidos	107.524	(840)	0,8%	70.517	(1.261)	1,8%
Vencidos há 0-30 dias	33.176	(758)	2,3%	44.360	(860)	1,9%
Vencidos há 31-60 dias	14.388	(670)	4,7%	11.764	(821)	7,0%
Vencidos há 61-90 dias	6.208	(83)	1,3%	2.710	(536)	19,8%
Vencidos há 91-180 dias	3.253	(460)	14,1%	7.361	(1.453)	19,7%
Vencidos há 181-360 dias	4.501	(1.632)	36,3%	7.654	(3.019)	39,4%
Vencidos há mais de um ano	28.988	(28.598)	98,7%	26.435	(22.430)	84,8%
Total	198.038	(33.041)		170.801	(30.380)	

	31-12-2019			Controladora 31-12-2018		
	Carteira	Provisão	%Cobertura	Carteira	Provisão	%Cobertura
Não vencidos	69.168	(808)	1,2%	53.145	(1.222)	2,3%
Vencidos há 0-30 dias	25.069	(752)	3,0%	40.718	(840)	2,1%
Vencidos há 31-60 dias	14.175	(622)	4,4%	10.770	(790)	7,3%
Vencidos há 61-90 dias	5.769	(55)	1,0%	2.806	(480)	17,1%
Vencidos há 91-180 dias	1.322	(375)	28,4%	5.399	(1.275)	23,6%
Vencidos há 181-360 dias	3.086	(1.574)	51,0%	6.033	(2.607)	43,2%
Vencidos há mais de um ano	11.632	(12.981)	111,6%	10.872	(7.784)	71,6%
Total	130.221	(17.167)		129.743	(14.998)	

5.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Consolidado 31-12-2019				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	114.157	114.157	114.157	-	-
Empréstimos e financiamentos	675.062	738.455	97.617	471.707	169.131
Debêntures	74.919	82.917	13.290	69.627	-
Adiantamentos de câmbio	78.196	78.196	78.196	-	-
Adiantamento de recebíveis	73.516	75.530	75.530	-	-
	1.015.850	1.089.255	378.790	541.334	169.131

Consolidado				
31-12-2018				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos
Passivos financeiros não derivativos				2-5 anos
Fornecedores	95.102	95.102	94.707	395
Empréstimos e financiamentos	731.603	813.414	103.676	244.959
Debêntures	85.088	85.088	9.450	13.224
Adiantamentos de câmbio	43.795	43.795	43.795	-
Adiantamento de recebíveis	48.455	48.455	48.455	-
	1.004.043	1.085.854	300.083	258.578
				525.159

Controladora				
31-12-2019				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	70.359	70.359	70.359	-
Empréstimos e financiamentos	527.745	569.324	97.617	471.707
Debêntures	74.919	82.917	13.290	69.627
Adiantamentos de câmbio	78.196	78.196	78.196	-
Adiantamento de recebíveis	73.516	75.530	75.530	-
	824.735	876.326	334.992	541.334

Controladora				
31-12-2018				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos
Passivos financeiros não derivativos				2-5 anos
Fornecedores	156.165	156.165	155.932	233
Empréstimos e financiamentos	604.804	707.284	129.223	113.282
Debêntures	85.088	85.088	9.450	13.224
Adiantamentos de câmbio	43.795	43.795	43.795	-
Adiantamento de recebíveis	48.455	48.455	48.455	-
	938.307	1.040.787	386.855	126.739
				525.159

5.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os resultados da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas cumprem com obrigações financeiras para gerenciar os riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

(i) Risco de moeda (cambial)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia.

Análise de sensibilidade

O cenário-base provável para 2019 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação, causada nos saldos pela flutuação entre as taxas do cenário previsto para 2020 e as vigentes em 2019.

A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre variações cambiais consideradas no cenário provável.

Moedas e índices		Taxa 2019	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
Dólar norte americano	Baixa	4,0307	4,5000	3,0600	2,0400
Dólar norte americano	Alta	4,0307	4,5000	5,1000	6,1200

Sensibilização da variação da moeda estrangeira:

		Consolidado			
		Saldo em 2019	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo - Baixa do dólar					
Contas a receber	Dólar - USD	25.088	2.616	(4.874)	(19.855)
Passivo - Alta do dólar					
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	(161.954)	(16.890)	(45.903)	(65.245)
Fornecedores	Dólar - USD	(13.141)	(1.370)	(3.725)	(5.294)
Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	(19.400)	(2.023)	(5.499)	(7.816)
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	(361)	(38)	(102)	(145)
Outros	Dólar - USD	(9.622)	(1.003)	(2.727)	(3.876)
		Controladora			
		Saldo em 2019	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo - Baixa do dólar					
Contas a receber	Dólar - USD	11.474	1.197	(2.229)	(9.081)
Passivo - Alta do dólar					
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	(125.406)	(13.078)	(35.544)	(50.521)
Fornecedores	Dólar - USD	(2.415)	(252)	(684)	(973)
Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	(19.400)	(2.023)	(5.499)	(7.816)
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	(404)	(42)	(114)	(163)
Outros	Dólar - USD	(2.398)	(250)	(680)	(966)

Para os saldos de ativos foi efetuada uma análise considerando uma queda na taxa de câmbio e as perdas decorrentes de uma variação negativa da moeda, já para os saldos passivos foi efetuada uma análise considerando uma alta na taxa de câmbio e as perdas decorrentes de uma variação positiva na moeda.

(ii) Risco de taxas de juros

Os saldos de instrumentos expostos à variação de taxa de juros são abaixo sumariados.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos são afetados pelas variações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração considerou um cenário provável em 2020 para a taxa CDI de 4,50% e TJLP de 5,57%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Moeda	2019	Cenário provável 2020	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI - baixa	4,40%	4,50%	3,38%	2,25%
CDI - alta	4,40%	4,50%	5,63%	6,75%
TJLP	6,26%	5,57%	6,96%	8,36%
SELIC	4,50%	3,75%	4,69%	5,63%
LIBOR Overnight	1,54%	1,54%	1,93%	2,31%
LIBOR 30 Dias	1,76%	1,76%	2,20%	2,64%
LIBOR 3 Meses	1,91%	1,91%	2,39%	2,86%

		Consolidado Ganho (Perda)			
	Indexador	Saldo 31-12-2019	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativo					
Aplicações financeiras	CDI - baixa	7.567	8	(77)	(163)
Passivo					
Mútuos	CDI - baixa	(20.062)	(20)	205	431
Empréstimos	CDI - alta	(95.326)	(95)	(1.173)	(2.240)
Empréstimos	TJLP	(1.866)	13	(13)	(39)
LIBOR 30 DIAS	LIBOR Overnight	(147.317)	-	(571)	(1.130)
LIBOR 3 Meses	LIBOR 30 Dias	(505.473)	-	(2.211)	(4.436)
LIBOR 6 meses	LIBOR 3 Meses	-	-	-	-
Impostos parcelados	SELIC	(416)	3	(1)	(5)

		Controladora Ganho (Perda)			
	Indexador	Saldo 31-12-2019	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativo					
Aplicações financeiras	CDI - baixa	7.166	7	(73)	(154)
Passivo					
Mútuos	CDI - baixa	(20.062)	(20)	205	431
Empréstimos	CDI - alta	(95.326)	(95)	(1.173)	(2.240)
Empréstimos	TJLP	(1.868)	13	(13)	(39)
LIBOR 30 DIAS	LIBOR Overnight	-	-	-	-
LIBOR 3 Meses	LIBOR 30 Dias	(505.473)	-	(2.211)	(4.436)
LIBOR 6 meses	LIBOR 3 Meses	-	-	-	-
Impostos parcelados	SELIC	385	(3)	1	4

5.4 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para o desenvolvimento futuro do negócio agregando valor aos acionistas, credores e mercado em geral, através do monitoramento dos retornos sobre o capital. Todavia, os resultados dos últimos anos têm deteriorado esse parâmetro, conforme posição apresentada a seguir:

		Consolidado	
		31-12-2019	31-12-2018
Total do passivo		1.371.061	1.328.119
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		(35.983)	(27.819)
Dívida líquida (A)		1.335.078	1.300.300
Total do patrimônio líquido (B)		(304.621)	(406.963)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (A/B)		(4,38)	(3,21)

6. Segmentos operacionais

A Companhia possui quatro segmentos, dos quais dois são divulgáveis representados por unidades estratégicas de negócio administradas separadamente, uma vez que se diferem pela oferta de produtos e serviços, tecnologias e estratégias de *marketing*. As demais operações são agregadas no segmento “Outros”, pois não se enquadram nos limites quantitativos para divulgação segregada. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos divulgáveis da Companhia:

Armas - O processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: usinagem (a partir de pré-formas usinadas e forjadas através de centros de usinagem, fresadoras, furadeiras e brochadeiras, uma vez que todo o processo de forjaria e de algumas operações de usinagem encontra-se terceirizado), MIM - Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico, tratamento superficial, montagem final, teste funcional, gravação e embalagem; essas operações são realizadas pela Taurus Armas S.A., Taurus Holdings, Inc. e suas controladas.

Capacetes - O processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS - Acrylonitrile Butadiene Styrene), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Helmets Ltda. (antiga Taurus Blindagens Ltda.) e Taurus Blindagens Nordeste Ltda.

Outros - Resultado do segmento de MIM - Metal Injection Molding peças injetadas em metal a terceiros (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.) e bauletos (Taurus Blindagens Ltda.). Inclui também gastos com assistência técnica e despesas financeiras da operação de máquinas, descontinuada em junho de 2012 e outras operações como a fabricação e venda de óculos e prestação de serviços. Tais segmentos foram agregados, pois não se enquadram nos limites quantitativos para divulgação separada como segmento reportável.

O desempenho de cada segmento é avaliado trimestralmente com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos, uma vez que a Administração da Companhia acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nessas indústrias.

A conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis está divulgada a seguir:

	Armas		Outros		Total		Capacetes(a)		Total	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Receitas externas	989.224	833.226	10.357	12.061	999.581	845.287	82.488	84.647	1.082.069	929.934
Receitas intersegmentos	640.429	585.353	5.603	3.828	646.032	589.181	-	8.480	646.032	597.661
Custos das vendas	(650.222)	(536.311)	(8.730)	(1.349)	(658.952)	(537.660)	(54.455)	(53.792)	(713.407)	(591.452)
Lucro (prejuízo) bruto	979.431	882.268	7.230	14.540	986.661	896.808	28.033	39.335	1.014.694	936.143
Despesas com vendas	(125.268)	(99.291)	(33)	(800)	(125.301)	(100.091)	(14.974)	(15.927)	(140.275)	(116.018)
Despesa gerais e administrativas	(131.196)	(127.608)	(1.939)	(4.238)	(133.135)	(131.846)	(8.039)	(8.668)	(141.174)	(140.514)
Depreciação e amortização	(7.774)	(12.326)	(1.341)	(2.424)	(9.115)	(14.750)	(198)	(3.300)	(9.313)	(18.050)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32.268	(18.211)	318	3.519	32.586	(14.692)	(909)	(16)	31.677	(14.708)
Resultado de equivalência patrimonial	(231.970)	(257.436)	(2.995)	(3.943)	(234.965)	(261.379)	(24.120)	(27.911)	(259.085)	(289.290)
Lucro (prejuízo) operacional	747.461	624.832	4.235	10.597	751.696	635.429	3.913	11.424	755.609	646.853
Receitas financeiras	36.429	28.024	30	79	36.459	28.103	560	545	37.019	28.648
Despesas financeiras	(116.816)	(205.725)	(128)	(5.958)	(116.944)	(211.683)	(5.373)	(5.148)	(122.317)	(216.831)
Resultado financeiro líquido	(80.387)	(177.701)	(98)	(5.879)	(80.485)	(183.580)	(4.813)	(4.603)	(85.298)	(188.183)
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	667.074	447.131	4.137	4.718	671.211	451.849	(900)	6.821	670.311	458.670
Eliminação das receitas intersegmentos	(640.429)	(585.353)	(5.603)	(3.828)	(646.032)	(589.181)	-	(8.480)	(646.032)	(597.661)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	26.645	(138.222)	(1.466)	890	25.179	(137.332)	(900)	(1.659)	24.279	(138.991)
Imposto de renda e da contribuição social	23.866	74.368	(1.414)	358	22.452	74.726	(3.305)	4.403	19.147	79.129
Resultado líquido do exercício	50.511	(63.854)	(2.880)	1.248	47.631	(62.606)	(4.205)	2.744	43.426	(59.862)
Ativos dos segmentos divulgáveis	908.953	760.248	88.665	89.747	997.618	849.995	68.822	71.161	1.066.440	921.156
Passivos dos segmentos divulgáveis	1.323.213	1.274.330	20.106	20.520	1.343.319	1.294.850	27.742	33.269	1.371.061	1.328.119

(a) Operação Capacetes está reclassificada para Operação Descontinuada conforme nota 26.

Informações geográficas

As informações da receita líquida abaixo são baseadas na localização geográfica do cliente.

	Armas		Capacetes	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Mercado interno				
Região Sudeste	117.877	81.198	23.755	23.916
Região Sul	34.644	26.403	5.605	7.239
Região Nordeste	13.878	16.120	25.071	24.285
Região Centro-Oeste	7.670	8.384	13.787	14.053
Região Norte	5.833	11.214	13.328	14.420
	179.902	143.319	81.546	83.913
Mercado externo				
Estados Unidos	736.458	626.661	942	734
Bangladesh	21.668	9.332	-	-
Argentina	937	1.236	-	-
França	2.552	2.125	-	-
Chile	2.128	1.415	-	-
Burquina	3.350	-	-	-
Honduras	1.402	2.051	-	-
Alemanha	2.155	3.143	-	-
África do Sul	7.820	3.786	-	-
Peru	877	863	-	-
Zâmbia	179	266	-	-
Itália	752	693	-	-
Filipinas	17.827	4.523	-	-
Senegal	368	246	-	-
Haiti	-	250	-	-
Guatemala	3.603	596	-	-
Tailândia	661	422	-	-
Israel	106	408	-	-
Nova Zelândia	676	-	-	-
El Salvador	375	146	-	-
Quênia	-	72	-	-
Bósnia	-	329	-	-
Costa Rica	-	56	-	-
Omã	-	26.691	-	-
Reino Unido	332	76	-	-
Cingapura	12	336	-	-
Malásia	10	344	-	-
Marrocos	-	1.309	-	-
Namíbia	461	419	-	-
Outros países	4.613	2.113	-	-
	809.322	689.907	942	734
	989.224	833.226	82.488	84.647

Os outros segmentos da Companhia possuem suas vendas concentradas no mercado interno e pulverizadas por todas as regiões do Brasil. As vendas da Companhia e suas controladas não possuem um grau de concentração que possa caracterizar dependência significativa de órgãos governamentais ou de qualquer outro cliente. Aproximadamente 75% das receitas líquidas consolidadas são direcionadas ao mercado civil americano, estando sujeitas às regulações daquele país.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata, ou seja, resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação, sem penalidades para a Companhia e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Saldo em caixa	55	27	41	12
Depósitos à vista	28.361	23.535	186	2.044
Aplicações financeiras	7.550	3.204	7.149	3.101
Caixa e equivalentes de caixa	35.966	26.766	7.376	5.157

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são remuneradas por taxas variáveis médias de 84,96% a 96% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (86% a 98% do CDI em 31 de dezembro de 2018), tendo como contraparte instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

8. Aplicações financeiras e contas vinculadas

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Aplicações Financeiras – CDB	1	1.053	1	746
Aplicação Financeira CP	16	1.801	16	1.801
Total	17	2.854	17	2.547
Circulante	16	1.801	16	1.801
Não circulante	1	1.053	1	746

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas variáveis com média de 94,80% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (86% a 98% do CDI em 31 de dezembro de 2018), estando em garantias a contratos internacionais de licitações de exportações, de curto prazo e longo prazo, tendo seu resgate programado para ocorrer em conjunto com a finalização destes contratos, sendo apresentadas no ativo circulante e não circulante, com base na sua previsão de resgate.

9. Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado deduzido das estimativas de perdas esperadas.

A Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Clientes no país	96.915	97.458	83.972	84.013
Clientes no exterior	101.123	73.342	46.249	45.730
	198.038	170.800	130.221	129.743
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa no país	(24.656)	(23.755)	(14.785)	(13.438)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa no exterior	(8.385)	(6.625)	(2.382)	(1.561)
	(33.041)	(30.380)	(17.167)	(14.999)
	164.997	140.420	113.054	114.744

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a clientes e a outras contas, incluindo a abertura de contas a receber por idade de vencimento, são divulgadas na nota 5. A movimentação da provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Adições	
Reversão de provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa	
Variação cambial	

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Consolidado	Controladora
(30.380)	(14.999)
(16.060)	(12.308)
13.396	10.117
3	23
(33.041)	(17.167)

10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação (baseado na capacidade operacional normal) e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

A provisão para perda com estoques é registrada para produtos com baixo giro e para itens que apresentam preço de venda inferior ao custo de formação.

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Produtos acabados	160.661	182.433	33.753	25.467
Matéria prima	173.494	118.972	142.283	101.064
Provisão para perda de estoques	(18.384)	(24.368)	(18.099)	(22.713)
	315.771	277.037	157.937	103.818

Movimentação da provisão para perda de estoque

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(24.368)	(22.713)
Adição	(21.403)	(18.769)
Reversão	26.751	22.747
Baixas	636	636
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(18.384)	(18.099)

11. Impostos a recuperar

Em 20 de junho de 2008 a Taurus Armas S.A. ingressou com processo judicial buscando a não incidência do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS, fundamentado na inconstitucionalidade da matéria, uma vez que o ICMS, por ser tributo indireto, não compõe a receita da Companhia.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o ICMS, por não compor o faturamento ou receita bruta da Companhia e suas controladas, deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, julgando inconstitucional.

Em 1º de abril de 2019, a Companhia obteve trânsito em julgado de seu processo, o que originou crédito tributário recuperável original de R\$ 37,2 milhões de reais e atualização monetária até o período de R\$ 27,7 milhões de reais.

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
ICMS	10.932	12.546	9.770	3.011
IPI	12.288	4.494	12.080	4.224
PIS	516	936	459	842
COFINS	772	5.070	670	4.796
Imposto de renda e contribuição social	6.318	6.634	2.448	2.218
Outros	252	27	21	21
Total	31.078	29.707	25.448	15.112
Circulante	31.078	29.461	25.448	14.991
Não circulante	-	246	-	121

12. Outras contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Adiantamentos a fornecedores	12.842	6.579	12.337	4.017
Adiantamentos a funcionários	2.028	2.862	1.949	1.304
Depósitos judiciais	14.294	9.808	13.100	5.333
Recebíveis de seguros	2.382	-	-	-
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	-	-	660	24.978
Outros créditos	2.965	2.444	1.110	1.159
Total	34.511	21.693	29.156	36.791
Circulante	20.217	11.872	16.056	31.458
Não circulante	14.294	9.821	13.100	5.333

13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota nominal de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para as empresas que apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido são utilizadas as mesmas alíquotas acima, porém sobre percentuais do faturamento de 32%. A alíquota do imposto de renda da controlada nos Estados Unidos é de 21%.

a) Composição dos impactos ativos e passivos diferidos	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Sobre Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL				
Prejuízo fiscal	8.818	16.640	5.818	5.666
Base negativa de CSLL	3.094	6.024	2.094	2.074
Sobre diferenças temporárias ativas				
Provisão para contingências	84.314	50.755	57.416	36.913
Total do Ativo	96.226	73.419	65.328	44.653
Sobre diferenças temporárias passivas				
Valor justo de propriedade para investimento	(10.263)	(10.263)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(1.106)	-	-
Notas não embarcadas	-	(2.203)	-	-
Alocação de ágio - Goodwill e intangíveis	-	(6.925)	-	-
Outros itens	-	(307)	-	-
Total do Passivo	(10.263)	(20.804)	-	-

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que sejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma

autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

<u>Variação dos impostos diferidos</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo inicial de impostos diferidos, líquidos	55.970	44.653
Alocado ao resultado	34.440	15.788
Alocado ao patrimônio líquido	(4.447)	4.887
Saldo final de impostos diferidos líquidos	85.963	65.328

O valor do prejuízo fiscal e o da base da contribuição social negativa sobre os quais não se registram impostos diferidos totalizam, no consolidado, R\$ 432.871. Já na controladora todo o montante do prejuízo fiscal e base da contribuição social negativa foram constituídos como impostos diferidos.

Os principais saldos de prejuízos fiscais e bases negativas se encontram nas controladas Polimetal e Taurus International.

Reconciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e da contribuição social (Operação Continuada)

Reconciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e da contribuição social	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	25.179	(135.595)	33.258	(104.351)
Alíquota fiscal combinada:	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(8.561)	46.102	(11.308)	35.479
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(3.652)	(555)	(3.548)	(555)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(5.500)	4.838
Exclusões permanentes				
Reintegra	(80)	1.689	(75)	1.649
Pesquisa e desenvolvimento	3.317	-	3.317	-
Ganho de capital	3.071	-	3.071	-
Incentivos fiscais de controladas	6.575	-	6.575	-
Programa de alimentação do trabalhador	196	-	103	-
Efeitos alíquota diferenciada de controlada com lucro presumido	(144)	(2.455)	-	-
Diferido constituído sobre prejuízo fiscal de anos anteriores	29.993	22.664	20.675	7.740
Ajuste variação cambial caixa x competência	-	3.007	-	3.007
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(5.213)	(3.636)	(2.771)	-
Diferido não constituído sobre provisão de processos Trabalhistas/Cível/Fiscais	(3.050)	(4.570)	(371)	(4.571)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	22.452	62.246	10.168	47.587
Corrente	(11.988)	(6.225)	(5.620)	-
Diferido	34.440	68.471	15.788	47.587
	22.452	62.246	10.168	47.587
Alíquota efetiva	89,17%	(45,91%)	30,57%	(45,60%)

A Companhia constituiu seus tributos diferidos ativos somente no montante considerado provável de realização por meio de resultados tributáveis futuros projetados. Caso a expectativa de lucros tributáveis futuros fosse maior, o montante a ser constituído referente a tributos diferidos também seria maior.

Composição da totalidade de bases de cálculo e os respectivos tributos diferidos ativos que seriam passíveis de constituição:

	31-12-2019				Consolidado 31-12-2018			
	Base	25%	9%	Total	Base	25%	9%	Total
Ajuste de avaliação Patrimonial	(627)	(157)	(56)	(213)	(3.253)	(813)	(293)	(1.106)
Valor justo de propriedade para investimento	(30.185)	(7.546)	(2.717)	(10.263)	(30.186)	(7.547)	(2.717)	(10.263)
Notas não embarcadas	883	221	79	300	(2.667)	(667)	(240)	(907)
Goodwill e Intangíveis	-	-	-	-	(20.368)	(5.092)	(1.833)	(6.925)
Outros	107	27	10	37	22.446	5.612	2.020	7.632
Provisão para Devedores Duvidosos	6.200	1.550	558	2.108	20.425	5.106	1.838	6.945
Provisão para perdas em estoque	3.481	870	313	1.183	25.749	6.437	2.317	8.755
Provisão para perda - Aplicação Financeira	19.273	4.818	1.735	6.553	2.989	747	269	1.016
Provisão Despesas Tributárias	7.363	1.841	663	2.504	7.363	1.841	663	2.503
Participação no Resultado	9.004	2.251	810	3.061	5.302	1.326	477	1.803
Comissões de Agentes	3.153	788	284	1.072	736	184	66	250
Provisão Honorários Despesas Tributárias	1.849	462	166	629	103	26	9	35
Provisão Pensões Vitalícias	8.892	2.223	800	3.023	2.182	546	196	742
Provisão para Contingências	97.081	24.270	8.737	33.007	113.091	28.273	10.178	38.451
Provisão para Garantia	12.855	3.214	1.157	4.371	14.315	3.579	1.288	4.867
Diferença de depreciação	-	-	-	-	4.269	1.067	384	1.451
Provisão Compensação Crédito INSS	389	97	35	132	389	97	35	132
Sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL								
Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL	502.180	125.545	45.196	170.741	792.332	198.083	71.310	269.393
	641.898	160.474	57.770	218.245	955.217	238.805	85.967	324.774

	31-12-2019				Controladora 31-12-2018			
	Base	25%	9%	Total	Base	25%	9%	Total
Ajuste de avaliação patrimonial	700	175	63	238	(1.487)	(372)	(134)	(506)
Notas não embarcadas	882	221	79	300	(2.667)	(667)	(240)	(907)
Provisão para Devedores Duvidosos	5.502	1.375	495	1.871	10.361	2.590	932	3.523
Provisão para perdas em estoque	3.477	869	313	1.182	24.094	6.024	2.168	8.192
Provisão para perda - Aplicação Financeira	18.992	4.748	1.709	6.457	2.989	747	269	1.016
Provisão Despesas Tributárias	5.644	1.411	508	1.919	5.644	1.411	508	1.919
Participação no Resultado	8.784	2.196	791	2.987	4.141	1.035	373	1.408
Comissões de Agentes	2.994	748	269	1.018	677	169	61	230
Provisão Honorários Despesas Tributárias	1.849	462	166	629	103	26	9	35
Provisão para Contingências	96.964	24.241	8.727	32.968	94.357	23.589	8.492	32.081
Provisão para Garantia	12.855	3.214	1.157	4.371	12.847	3.212	1.156	4.368
Provisão Compensação Crédito INSS	389	97	35	132	389	97	35	132
Diferença de depreciação	-	-	-	-	2.262	566	204	769
Provisão Pensões Vitalícias	8.747	2.187	787	2.974	1.854	464	167	630
Sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL								
Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL	123.603	30.901	11.124	42.025	202.484	50.621	18.224	68.845
	291.382	72.845	26.223	99.071	358.048	89.512	32.224	121.735

A parcela dos valores não constituída é representada pelos prejuízos fiscais que não estão cobertas por expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis.

14. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda em vez do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda devem ser mensurados pelo menor valor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda, e que a depreciação ou a amortização desses ativos cesse.

Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata*, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

Conciliação do valor contábil

	Consolidado 31-12-2019	Consolidado 31-12-2018
Edificações, terrenos e benfeitorias	51.390	51.390
Operação de Capacetes – Ativo não circulante mantido para venda	68.822	71.161
Total ativo não circulante mantido para venda	120.212	122.551
Operação de Capacetes – Passivo mantido para venda	27.742	33.270
Total passivo mantido para venda	27.742	33.270

Edificações, terrenos e benfeitorias.

Em 2016, a Taurus Armas S.A. transferiu a operação do Parque Fabril localizado na cidade de Porto Alegre/RS para o Parque Fabril localizado na cidade de São Leopoldo/RS. Em razão disso e considerando os termos do CPC 28 - Propriedade para Investimento, a Companhia reclassificou os itens antes classificados como Imobilizado para Propriedade para Investimento.

Em 2017, por aprovação do Conselho de Administração foi determinada a venda e a disponibilização para intermediação por especialistas de mercado. Sendo assim, esses imóveis foram reclassificados como “Ativos mantidos para venda”.

O valor justo para fins de avaliação de *impairment* foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

O antigo Parque Fabril da Companhia localiza-se na Avenida do Forte, nº 511 - Porto Alegre (RS). O complexo industrial, não ocupado, conta com 18.600,00 m² de área construída sobre terreno urbano de 29.900,00 m² de área.

Ativo mantido para venda - Operação de Capacetes

Em 27 de março de 2018, o Conselho de Administração, por unanimidade, autorizou a oferta do negócio capacetes, representada pelas empresas Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (antiga Taurus Blindagens Ltda.) e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. ao mercado.

A elaboração de cronograma e esforços de venda ficou sob responsabilidade de empresa especializada, conforme proposta já aceita pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o grupo de ativos e passivos mantidos para venda estava apresentado conforme o quadro abaixo e compreendia os seguintes ativos e passivos:

Imobilizado/Intangível	21.018
Estoques	14.938
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	32.866
Ativos mantidos para venda	68.822
Fornecedores e outras contas a pagar	27.742
Passivos mantidos para venda	27.742

A Companhia não identificou valores de perda por *impairment* a ser reconhecidos.

Os resultados das operações dos ativos mantidos para venda estão apresentados na nota explicativa de segmentos operacionais (nota 6).

15. Investimentos (controladora)

	Controladora									
	Taurus Helmets Ltda.	Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	Taurus Plásticos Ltda.	Taurus Holdings, Inc.	T.Investments Co. Inc.	Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	Taurus Máquinas- Ferramenta Ltda.(1)	31-12-2019	31-12-2018
Ativo circulante	43.266	5.434	1.093	301.573	5	69.201	155.660	389		
Ativo não circulante	99.662	54.891	3.882	130.450	-	43.648	57.566	1.179		
Passivo circulante	30.134	7.487	1.145	109.125	-	2.365	54.653	4.593		
Passivo não circulante	2.081	357	-	177.167	-	16.903	5.771	24.713		
Capital social	73.855	9.400	6.355	1.228	44.338	53.292	304.780	293.639		
Patrimônio Líquido	110.713	52.481	3.830	145.731	5	93.581	152.802	(27.738)		
Receita líquida	82.488	-	-	736.458	-	5.292	195.421	-		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.596)	261	163	(11.905)	-	3.055	5.123	(2.081)		
Quantidade de ações/quotas	14	9.400	636	302.505	11.000.000	43.623.159	304.779.837	185.007.117		
Percentual de participação direta (%)	0,00%	0,10%	0,01%	100,00%	100,00%	81,86%	100,00%	63,00%		
Saldos iniciais	1	52	-	138.458	6	77.716	228.555	-	444.788	417.433
Cisão	-	-	-	-	-	-	(82.040)	-	(82.040)	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	(11.904)	-	2.501	5.123	(1.311)	(5.591)	16.699
Variação cambial sobre investimentos	-	-	-	5.694	(1)	-	-	-	5.693	29.213
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	(1.075)	-	-	1.165	-	90	-
Reclassificado para provisão para passivo a descoberto (1)	-	-	-	-	-	-	-	1.311	1.311	(18.557)
Saldos finais	1	52	-	131.173	5	80.217	152.803	-	364.251	444.788

(1) O passivo a descoberto da controlada Taurus Máquinas-Ferramentas Ltda., no valor de R\$ 1.311, está apresentado na rubrica de "Provisão para passivo a descoberto" no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2019, em alinhamento com sua estratégia a Companhia decidiu por realizar a cisão parcial de sua controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. seguida de incorporação pela controladora Taurus Armas da parcela cindida que é destinada ao atendimento das demandas internas, enquanto as operações destinadas a terceiros permaneceram na controlada.

Além de benefícios fiscais a operação proporciona aumento de sinergia e eficiência produtiva e administrativa, melhoria de controles internos assim como redução de custos e despesas.

O valor cindido da controlada Polimetal incorporado na controladora Taurus Armas foi de R\$ 82.040 conforme destacado na nota, referindo-se a 35,71% do Patrimônio Líquido da investida.

Operação no exterior

A Taurus Holdings, Inc., controlada localizada nos Estados Unidos, é controladora da Taurus International Manufacturing Inc., da Braztech International L.L.C. e de outras subsidiárias localizadas também em território norte-americano, atuando principalmente na revenda de armas importadas da Taurus Armas S.A., destinadas a atacadistas naquele mercado. Os principais saldos contábeis da controlada estão apresentados abaixo:

	Taurus Holdings, Inc.	
		Consolidado
	31-12-2019	31-12-2018
Ativo	432.023	404.315
Passivo	286.292	252.371
Receita líquida	736.458	626.661
Prejuízo do exercício	(11.904)	(17.892)

16. Imobilizado

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído, líquidos dos efeitos fiscais, aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente as seguintes:

Grupo	Vida útil
Edifícios	27 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 20 anos
Matrizes e ferramentas	5 a 12 anos
Móveis	10 anos
Outros componentes	5 a 6 anos

Em 2019, a Companhia está em fase final de reestruturação operacional, com a melhoria dos processos e sistema produtivo, tendo como último grande passo a incorporação das operações de sua controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. Neste contexto, a Companhia realizou uma avaliação das vidas úteis com essas novas premissas.

	Consolidado							
Custo ou custo atribuído	Terrenos	Edifícios	Maquinas e instalações	Móveis e computadores	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo 31 Dezembro 2017	15.598	141.285	257.707	24.653	928	3.895	409	444.475
Adições	1.296	156	7.168	751	-	3.237	44	12.652
Alienações	(9.268)	(55.565)	(8.165)	(56)	(92)	-	(88)	(73.234)
Transferências	-	(134)	2.081	336	-	(2.283)	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	1.176	7.637	9.352	1.398	33	-	-	19.596
Efeito das Operações Descontinuadas:								
Movimentações Líquidas do Exercício	-	91	(4.756)	91	(51)	1.835	-	(2.790)
Transferência para Mantidos para Venda	(76)	(12.402)	(26.014)	(2.359)	(535)	(2.392)	(150)	(43.928)
Saldo 31 Dezembro 2018	8.726	81.068	237.373	24.814	283	4.292	215	356.771
Adições	424	25.622	18.073	4.169	-	10.934	2.865	62.087
Impairment	-	-	(623)	-	-	-	-	(623)
Alienações	(1.620)	(3.500)	(20.789)	(2.037)	-	2.389	-	(25.557)
Transferências	-	347	2.137	329	-	(2.813)	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	57	15	2.704	404	8	-	-	3.188
Saldo 31 Dezembro 2019	7.587	103.552	238.875	27.679	291	14.802	3.080	395.866
Depreciação								
Saldo 31 Dezembro 2017	-	(34.560)	(170.324)	(16.106)	(799)	-	-	(221.789)
Depreciação no exercício	-	(7.068)	(22.516)	(1.732)	(2)	-	-	(31.318)
Alienações	-	17.888	7.330	69	55	-	-	25.342
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	(2.260)	(5.507)	(1.237)	(33)	-	-	(9.037)
Efeito das Operações Descontinuadas:								
Movimentações Líquidas do Exercício	-	(546)	588	(97)	80	-	-	25
Transferência para Mantidos para Venda	-	3.720	18.553	1.746	416	-	-	24.435
Saldo 31 Dezembro 2018	-	(22.826)	(171.876)	(17.357)	(283)	-	-	(212.342)
Depreciação no exercício	-	(4.023)	(13.565)	(1.387)	-	-	-	(18.975)
Alienações	-	1.111	15.803	1.847	-	-	-	18.761
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	(2)	(1.691)	(362)	(8)	-	-	(2.063)
Saldo 31 Dezembro 2019	-	(25.740)	(171.329)	(17.259)	(291)	-	-	(214.620)
Valor contábil								
Dezembro de 2018	8.726	58.242	65.497	7.457	-	4.292	215	144.429
Dezembro de 2019	7.587	77.812	67.546	10.420	-	14.802	3.080	181.247

							Controladora
Custo ou custo atribuído	Edifícios	Maquinas e instalações	Móveis e computadores	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo 31 Dezembro 2017	17.079	62.810	7.078	125	3.067	2	90.161
Adições	82	1.290	236	-	1.681	44	3.333
Alienações	-	(192)	(25)	(92)	-	-	(309)
Transferências	145	1.876	329	-	(2.350)	-	-
Saldo 31 Dezembro 2018	17.306	65.784	7.618	33	2.398	46	93.185
Adições	924	4.616	1.391	-	3.622	3.034	13.587
Alienações	(753)	(7.295)	(1.574)	-	597	-	(9.025)
Transferências	235	643	310	-	(1.188)	-	-
Aquisição pela combinação de negócios	26.429	92.871	1.487	19	9.268	-	130.074
<i>Impairment</i>	-	(623)	-	-	-	-	(623)
Saldo 31 Dezembro 2019	44.141	155.996	9.232	52	14.697	3.080	227.198
Depreciação							
Saldo 31 Dezembro 2017	(3.313)	(46.169)	(4.421)	(86)	-	-	(53.989)
Depreciação no exercício	(1.881)	(4.821)	(685)	(2)	-	-	(7.389)
Alienações	367	331	39	55	-	-	792
Saldo 31 Dezembro 2018	(4.827)	(50.659)	(5.067)	(33)	-	-	(60.586)
Depreciação no exercício	(906)	(3.090)	(565)	-	-	-	(4.561)
Alienações	156	5.547	1.478	-	-	-	7.181
Aquisição pela combinação de negócios	(8.125)	(67.293)	(810)	(19)	-	-	(76.247)
Saldo 31 Dezembro 2019	(13.702)	(115.495)	(4.964)	(52)	-	-	(134.213)
Valor contábil							
Dezembro de 2018	12.479	15.125	2.551	-	2.398	46	32.599
Dezembro de 2019	30.439	40.501	4.268	-	14.697	3.080	92.985

Imobilizado em andamento

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos ainda em fase de implantação e construções em andamento. Esses bens devem entrar em operação no decorrer do exercício de 2020.

Garantia

A Companhia utiliza seus ativos como garantidores dos recursos obtidos com as instituições financeiras. Apesar de grande parte do ativo imobilizado estar garantido em operações de empréstimos e financiamentos, historicamente as garantias com ativos nunca foram utilizadas. Em 2019, a Companhia utiliza o montante de R\$ 44.942 em garantias (R\$ 46.551 em 31 de dezembro de 2018).

17. Intangível

Ágio

O ágio resultante da aquisição de investimentos, após as devidas alocações, é incluído nos ativos intangíveis. Na demonstração da controladora são apresentados no grupo de investimento.

Ágios gerados em combinações de negócios são classificados no intangível e foram determinados de acordo com as práticas contábeis vigentes à época de cada combinação, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução do valor recuperável.

Outros intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, já o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os saldos apresentados estão deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos de desenvolvimento que envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

A amortização dos ativos intangíveis, que não ágio, está baseada em suas vidas úteis estimadas e é reconhecida no resultado através do método linear. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente cinco anos para custos de desenvolvimento e implantação de sistemas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos fixos.

Esclarecemos, ainda, que a recuperação do valor contábil dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida é avaliada anualmente, ou sempre que forem identificados indicadores de *impairments* utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa.

	Consolidado					
	Software	Marcas e patentes	Relacionamento Clientes	Goodwill	Desenvolvimento de produtos	Total
Custo						
Saldo 31 Dezembro 2017	6.347	21.746	14.546	42.831	5.756	91.226
Aquisições	884	-	-	1	3.486	4.371
Baixas	-	-	-	-	(1.583)	(1.583)
Efeitos da Variação Cambial	-	1.790	2.399	1.749	1.066	7.004
Efeito das Operações Descontinuadas:						
Movimentações Líquidas do Exercício	-	18	-	-	-	18
Transferência para Mantidos para Venda	(1.305)	(1.284)	-	-	-	(2.589)
Saldo 31 Dezembro 2018	5.926	22.270	16.945	44.581	8.725	98.447
Aquisições	4.300	-	-	-	1.795	6.095
Efeitos da Variação Cambial	-	492	660	481	278	1.911
Saldo 31 Dezembro 2019	10.226	22.762	17.605	45.062	10.798	106.453
Amortização						
Saldo 31 Dezembro 2017	(2.590)	(7.388)	(8.237)	-	(2)	(18.217)
Amortização do exercício	(855)	-	(1.701)	-	(356)	(2.912)
Efeitos da Variação Cambial	-	-	(1.360)	-	(291)	(1.651)
Efeito das Operações Descontinuadas:						
Transferência para Mantidos para Venda	112	-	-	-	-	112
Saldo 31 Dezembro 2018	(3.333)	(7.388)	(11.298)	-	(649)	(22.668)
Amortização do exercício	(933)	-	(1.791)	-	(676)	(3.400)
Efeitos da Variação Cambial	-	-	(423)	-	(18)	(441)
Saldo 31 Dezembro 2019	(4.266)	(7.388)	(13.512)	-	(1.343)	(26.509)
Valor Contábil						
Dezembro de 2018	2.593	14.882	5.647	44.581	8.076	75.779
Dezembro de 2019	5.960	15.374	4.093	45.062	9.455	79.944

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Para teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais do Grupo, que representam o nível mais baixo dentro do Grupo, em que o ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais do Grupo.

Unidade geradora de caixa 2019

Armas	45.062
-------	--------

O teste de recuperabilidade para a UGC mencionada acima é realizado anualmente com base no valor justo menos as despesas de venda, o qual é estimado baseado nos fluxos de caixa descontados. Em 31 de dezembro de 2019, os testes realizados não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas por *impairment* sobre o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa e taxas de crescimento. As premissas utilizadas são conforme abaixo:

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	Taxa de Crescimento
	WACC	médio
Armas	2019	2019
	14,4%	5,4%

Taxa de desconto

A taxa de desconto para a UGC é representada por uma taxa após impostos (post-tax rate) baseada nos títulos de renda fixa do tesouro norte-americano (T-Bond) de 20 anos, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimentos em títulos patrimoniais e o risco sistemático da Unidade em questão. Foi estimada, baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, a média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, a qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/capital total de 20,25% para UGC Armas a uma taxa de juros de mercado de 7,60%.

Taxa de crescimento e perpetuidade

As projeções estão de acordo com o *Business Plan* elaborado pela Administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do País. Após o período de projeção, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico (crescimento na perpetuidade).

Para cálculo da perpetuidade foi adotada uma taxa de crescimento nominal de 3,5% em linha com a expectativa de inflação de longo prazo projetado pelo BACEN e indicadores macroeconômicos publicados no relatório Focus do BACEN e no relatório *Country Forecast* do *Economist Intelligence Unit* (EIU).

18. Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto foram os seguintes:

							Consolidado
							31-12-2018
							31-12-2019
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil	
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	R\$	CDI + 2,00% a.a.	2022	28.897	20.407	27.694	22.240
FINAME	R\$	2,50% a 8,70% a.a.	2021	2.304	188	2.304	464
BNDES	R\$	3,50% a.a.	2020	9.995	1.677	9.995	3.687
Adiantamento de recebíveis	R\$	21,60% a.a.	2019	6.136	73.516	36.141	48.455
Adiantamento de câmbio	USD	5,5% a.a.	2019	50.198	78.196	43.795	43.795
Capital de giro	USD	Libor + 1,55% a 5,6% a.a.	2021	646.479	652.790	499.162	670.746
Capital de giro	USD	80% a 112% do CDI a.a.	2019	-	-	65.072	34.466
Total				826.774			823.853
Passivo circulante				249.329			195.926
Passivo não circulante				577.445			627.927
							Controladora
							31-12-2018
							31-12-2019
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil	
Empréstimos bancários garantidos							
Capital de giro	R\$	CDI + 2,00% a.a.	2022	28.897	20.407	27.694	22.240
FINAME	R\$	2,50% a 5,50% a.a.	2021	2.304	188	2.304	464
BNDES	R\$	3,5% a.a.	2020	9.995	1.677	9.995	3.687
Adiantamento de recebíveis	R\$	21,60% a.a.	2019	32.402	73.516	36.141	48.455
Adiantamentos de câmbio	USD	5,5% a.a.	2019	50.198	78.196	43.795	43.795
Capital de giro	USD	Libor + 3,00% a.a.	2022	424.162	505.473	424.162	543.947
Capital de giro	USD	112,00% do CDI a.a.	2019	-	-	65.072	34.466
Total				679.457			697.054
Passivo circulante				249.329			195.926
Passivo não circulante				430.128			501.128

Fluxo de pagamentos futuros da dívida divulgados no passivo não circulante:

Ano de vencimento	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
2021	16.418	15.673	16.418	15.673
2022	413.710	521.493	413.710	394.694
2023	147.317	-	-	-
	577.445	537.166	430.128	410.367

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, aplicações financeiras, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis, quotas e aval de controladas. Os avais concedidos pela controladora e suas controladas estão demonstrados na nota 25 - Partes relacionadas.

Certos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contêm cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações e redução de capital social da Companhia. Caso não sejam atendidas as restrições, os credores poderão antecipar o vencimento.

Cláusulas restritivas

Conforme descrito na nota 1, em 18 de julho de 2018, foi concluído o novo processo de renegociação da dívida com o Sindicato de Bancos. O instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais que definem, entre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: dívida líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 13 vezes em 2018, 8 vezes em 2019, 7 vezes em 2020 e 6 vezes a partir de 2021, além de manter o índice do EBITDA Ajustado/Despesas financeiras igual ou superior a 0,90 em 31 de dezembro de 2018 e 1,20 a partir de 2019.

Tais índices são monitorados pela Administração da Companhia, e os contratos determinam que os índices sejam aferidos anualmente. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia vem atendendo a tais requisitos expostos.

19. Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia, em série única, são não conversíveis em ações e distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures, com esforços restritos de colocação destinados à terceira emissão destinada a instituições bancárias.

Debêntures	Principal R\$	Data de emissão	Títulos em circulação	Encargos financeiros	31-12-2019	31-12-2018
3ª emissão (a)	100.000	13/06/2014	5.000	Taxa DI+2,00%	74.919	85.088
				Total do Principal	74.919	85.088
				Passivo Circulante	13.290	9.450
				Passivo Não Circulante	61.629	75.638
				Total	74.919	85.088

Cláusulas restritivas

Conforme descrito na nota 1, em 2018 foi concluído o novo processo de renegociação da dívida da Companhia. O instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais que definem, entre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: dívida líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 13 vezes em 2018, 8 vezes em 2019, 7 vezes em 2020 e 6 vezes a partir de 2021, além de manter o índice do EBITDA Ajustado/Despesas financeiras igual ou superior a 0,90 em 31 de dezembro de 2018 e 1,20 a partir de 2019.

Tais índices são monitorados pela Administração, e os contratos determinam que os índices sejam aferidos anualmente. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia vem atendendo a tais requisitos expostos.

20. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Bônus de performance	12.014	2.505	-	-
Comissões sobre vendas	3.075	1.782	2.916	1.725
Juros acumulados	788	2	-	-
Seguros e frete	1.138	-	857	-
FEE Sindicato dos bancos	-	430	-	430
Contas a pagar CBC	-	48	-	48
Sociedades controladora e controladas	-	-	72.968	43.069
Ganho de subvenção governamental a realizar	23.111	-	-	43.069
Outros	4.404	16.686	2.567	2.233
	44.530	21.453	79.308	90.574
Circulante	20.239	21.453	6.340	4.436
Não Circulante	24.291	-	72.968	43.069

21. Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Salários	9.178	6.381	8.935	4.534
Contribuições a recolher	9.696	14.695	1.857	4.905
Provisões férias	11.500	10.870	10.955	4.677
	30.374	31.946	21.747	14.116

22. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
ICMS	1.682	911	1.682	911
IPI	11.788	5.462	11.716	5.462
PIS	90	43	(2)	-
COFINS	411	200	(13)	-
Imposto Especial – FAET (USA)	17.575	16.457	-	-
IRRF	958	8	563	(5)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.513	8.135	5.621	-
Parcelamento PRT	-	2.312	-	1.922
Demais Parcelamentos	511	1.453	468	1.379
Outros	7.570	7.513	5.829	5.783
	53.098	42.494	25.864	15.452
Circulante	52.921	41.902	25.700	14.903
Não Circulante	177	592	164	549

23. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, utilizando uma estimativa razoável para ser feita.

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para perdas com processos judiciais em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas conforme apresentado abaixo:

		Consolidado	
		31-12-2019	31-12-2018
		Depósito Judicial	
	Provisão	(1)	Líquido
Trabalhistas	56.168	(13.525)	42.643
Cíveis	32.252	(491)	31.761
Tributárias	27.689	(278)	27.411
	116.109	(14.294)	101.815
Classificado no passivo circulante	54.431		
Classificado no passivo não circulante	61.678		
		Controladora	
		31-12-2019	31-12-2018
		Depósito Judicial	
	Provisão	(1)	Líquido
Trabalhistas	49.949	(12.331)	37.618
Cíveis	28.981	(491)	28.490
Tributárias	27.689	(278)	27.411
	106.619	(13.100)	93.519
Classificado no passivo circulante	48.145		
Classificado no passivo não circulante	58.474		

(1) Registrado em outros ativos não circulantes.

Segue movimentação das provisões:

		Consolidado	
		Cíveis e trabalhistas	Tributárias
		Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		94.141	27.689
Provisões feitas durante o exercício		58.266	-
Provisões utilizadas durante o exercício		(1.559)	-
Baixa de provisão		(63.145)	-
Efeito de variações		717	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		88.420	27.689
		Controladora	
		Cíveis e trabalhistas	Tributárias
		Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		68.911	27.689
Provisões feitas durante o exercício		36.148	-
Provisões utilizadas durante o exercício		(90)	-
Efeito de variações		520	-
Baixa de provisão		(26.559)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		78.930	27.689

A Companhia e suas controladas possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	31-12-2019		31-12-2018		31-12-2019		31-12-2018	
	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto
Tributário	58.429	-	50.924	4.266	29.456	-	24.788	-
Cível	96.843	273	96.711	1.935	83.683	237	75.616	493
Trabalhista	40.077	41.911	59.664	31.777	12.859	29.760	28.846	23.174
	195.349	42.184	207.299	37.978	125.998	29.997	129.250	23.667

Além disso, a Companhia possui o montante equivalente a R\$ 145.713 em causas ativas, que classificam-se como ativos contingentes, e que não estão reconhecidos contabilmente.

Processo Administrativo e Judicial - PMESP

A Companhia foi citada para apresentar defesa no processo administrativo promovido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (Processo Sancionatório nº CSMAM002/30/16) no qual está sob discussão a possibilidade ou não de descumprimento parcial ou total de contrato para aquisição e fornecimento de 98.465 (noventa e oito mil quatrocentas e sessenta e cinco) armas de fogo, tipo pistola, modelos 24/7 e 640, entre os anos de 2007 a 2011. Como se trata de processo administrativo e em fase de instrução, não há como estimar valores nesse momento, e as sanções a que esta está sujeita estão previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, combinada com o artigo 81 da Lei Estadual (SP) nº 6.544/89.

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu citação de processo judicial na qual o Estado de São Paulo requer a rescisão do contrato de fornecimento de 5.931 (cinco mil novecentas e trinta e uma) submetralhadoras modelo SMT 40 firmado em 2011 com a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a devolução do valor pago na época, de R\$ 21,7 milhões, acrescidos de atualização monetária e outros consectários legais. A Companhia apresentou defesa no processo e, de acordo com seus assessores jurídicos, este processo foi qualificado como de perda possível.

Djibouti

Existe ação penal que tramita sob segredo de Justiça na 11ª Vara Federal de Porto Alegre, contra dois ex-funcionários da Companhia e um cidadão iemenita, por suposta venda irregular de armas no ano de 2013 para o Governo do Djibouti, cujo destino final alegado seria o Iêmen. Embora a Companhia e seus administradores não sejam partes no processo, tão logo a Companhia tomou conhecimento da ação penal, potencialmente lesiva à sua reputação, requereu e teve deferida sua habilitação no processo, na condição de interessada, com o objetivo de esclarecer ao juízo sobre os fatos de seu conhecimento e prestar o apoio necessário nas investigações. Não há efeitos estimados ou provisões sobre este tema que estejam ou devam estar refletidos nas informações trimestrais da Companhia nesta data.

Ação Civil Pública - Procuradoria Regional de Sergipe do Ministério Público Federal

A Companhia tomou conhecimento do ajuizamento pela Procuradoria Regional de Sergipe do Ministério Público Federal de uma Ação Civil Pública contra a Taurus e também contra a União Federal (Exército Brasileiro), perante o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe. Os pedidos estão relacionados a supostos defeitos em alguns modelos de armas produzidas pela Taurus. Na Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal pleiteia liminarmente que: i) a Taurus seja impedida de comercializar no Brasil alguns modelos de armas de fogo, ii) a Taurus convoque recall nacional para substituição e/ou indenização de acordo com o valor de mercado desses modelos de armas de fogo e iii) a União seja proibida de aplicar a restrição de importação de modelos que possua similar nacional, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 10 (dez mil reais). Ao final, o Ministério Público Federal pleiteia: i) a condenação da União em obrigação de fazer consistente em modificar o R-105 ou editar novo regulamento substitutivo que não crie regime de monopólio na venda de armamentos no Brasil, em prejuízo à livre concorrência; ii) condenação da Taurus à obrigação de fazer consistente em convocar um recall nacional no prazo de 20 dias, para

reparo, substituição e/ou indenização segundo o valor de mercado desses mesmos modelos de arma; e (iii) condenação da União e da Taurus ao pagamento de danos morais coletivos em valor a ser definido pelo juízo, não inferior a R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais). Em sede de tutela de antecipada, o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe determinou a obrigação de fazer à Taurus consistente na apresentação de detalhado plano de recall das espécies supostamente defeituosas de armas dentro de 90 dias. Os pedidos liminares de suspensão da comercialização dos modelos supostamente defeituosos e de proibição da restrição da importação de armamentos por parte da União foram indeferidos pelo Juízo. No julgamento do agravo de instrumento interposto pela Taurus, o Tribunal Federal da 5ª Região suspendeu a eficácia da decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, na parte em que determina a apresentação, pela Taurus, de plano de recall no prazo de 90 (noventa) dias. Atualmente o processo está na fase de apresentação de provas. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Taurus, a presente ação é classificada como risco de perda possível.

Ação Civil Pública - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ("MPDFT") ajuizou uma Ação Civil Pública com pedido liminar contra a Companhia em razão do suposto fornecimento à Polícia Civil do Distrito Federal de pistolas que não atenderiam às especificações contratuais. Através desta ação, requer a condenação da Taurus a indenizar os danos materiais causados, suspensão temporária da Companhia de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de dois anos, bem como a sua condenação ao pagamento de dano moral coletivo no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais). Liminarmente, requereu a indisponibilidade dos valores pleiteados nas contas bancárias da Companhia.

O Juízo da 8ª Vara Cível de Brasília indeferiu o pedido liminar de indisponibilidade nas contas bancárias da Companhia por inexistir prova quanto à alegada necessidade da indisponibilidade imediata dos valores buscados na ação judicial. O MPDFT interpôs agravo de instrumento, recebido pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região sem efeito suspensivo e, nesta data, aguarda julgamento.

Após a apresentação da contestação pela Taurus, o Juiz acolheu o pedido de habilitação do Distrito Federal como litisconsorte do MPDFT e determinou o envio do processo para uma das Varas de Fazenda Pública do Distrito Federal, por se reputar incompetente para o julgamento da ação. A ação tramita agora perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal e está na fase de alegações finais pelas partes. A Taurus tomará todas as medidas necessárias para comprovar que as alegações carecem de fundamento e que os produtos comercializados não possuem defeitos de fabricação. No entendimento da Companhia, o risco de perda neste processo é classificado como possível.

Burrow Case

Tramita perante a U.S. Court for the Southern District of Florida ação judicial proposta por William Burrow, Oma Louise Burrow, Suzanne M. Bedwell e Ernest D. Bedwell contra a Taurus e sua controlada Braztech International L.C nos Estados Unidos, que discute supostos defeitos em determinados modelos de revólveres produzidos pela Taurus com a marca Rossi.

Em 08 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a celebração de um acordo para pôr fim à ação judicial. O juiz federal responsável pelo processo concedeu aprovação final (*Final Approval*) ao acordo em 06 de setembro de 2019. A decisão proferida transitou em julgado e o acordo passou a ser definitivo.

A Companhia registrou em 2018 provisão para perda do valor equivalente a US\$ 5.560 que corresponde à perda esperada no caso, conforme o acordo celebrado.

A Administração da Taurus entende que a celebração deste acordo é um grande passo para

minimizar impactos financeiros à Companhia e dar mais estabilidade à gestão. Esta decisão corrobora com o processo de reestruturação que a Taurus está vivendo, buscando rentabilidade sustentável e melhora dos indicadores financeiros e operacionais.

24. Instrumentos financeiros

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial, de acordo com os critérios presentes no CPC 48/IFRS 9 quanto às características de fluxos de caixa e do modelo de negócio da Companhia na gestão dos ativos financeiros. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

a) Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31-12-2019		Consolidado 31-12-2018	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	675.062	673.466	731.603	711.265
Debêntures	74.919	74.919	85.088	88.866
Adiantamentos de câmbio	78.196	78.196	43.795	43.795
	828.177	826.581	860.486	843.926

	31-12-2019		Controladora 31-12-2018	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	527.745	531.095	604.804	594.952
Debêntures	74.919	74.919	9.450	88.866
Adiantamentos de câmbio	78.196	78.196	43.795	43.795
	680.860	684.210	658.049	727.613

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos a receber, fornecedores, outras contas a pagar e adiantamento de recebíveis estejam próximos aos seus valores justos contábeis.

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

De acordo com os critérios de classificação hierárquica para determinação do valor justo: *Nível 1*: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos e idênticos, que estão acessíveis na data de mensuração; *Nível 2*: preços cotados (podendo ser ajustados ou não), para os ativos ou passivos similares em mercados ativos; e *Nível 3*: ativos e passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia classificou contabilmente os valores justos dos instrumentos financeiros como sendo de nível 2.

25. Partes Relacionadas

A Controladora, as controladas e pessoas ligadas realizam operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes.

				Saldos das controladas em aberto com a controladora		Efeito de resultado das transações das controladas com a controladora		
	Ativo circulante (ii)	Ativo não circulante (iii)	Total de ativo	Passivo circulante (i)	Passivo não circulante	Total de passivo	Receita (v)	Despesa (v)
31 de dezembro de 2018								
Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.	364	-	364	888	10.407 (iv)	11.295	-	729
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	187	-	187	329	24.185 (iv)	24.514	-	1.513
Taurus Holdings, Inc.	30.104	-	30.104	75.625	6.241	81.866	419.693	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	377	-	377	1.649	8.478 (iv)	10.127	-	1.414
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	18.164	18.164	-	-	-	982	-
Taurus Plásticos Ltda.	47	-	47	-	-	-	-	-
Polimetel Metalurgia e Plásticos Ltda.	24.652	-	24.652	85.096	-	85.096	373	165.660
	55.731	18.164	73.895	163.587	49.311	212.898	421.048	169.316
31 de dezembro de 2019								
Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.	479	-	479	1.432	17.148 (iv)	18.580	-	648
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	33	-	33	819	44.999 (iv)	45.818	-	1.354
Taurus Holdings, Inc.	20.815	-	20.815	41.936	6.492	48.428	455.365	10.491
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	114	-	114	9.312	8.874 (iv)	18.186	-	2.153
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	21.728	21.728	10	-	10	1.168	-
Taurus Plásticos Ltda.	47	-	47	22	1.947 (iv)	1.969	-	-
Polimetel Metalurgia e Plásticos Ltda.	-	-	-	-	-	-	311	185.064
	21.488	21.728	43.216	53.531	79.460	132.991	456.844	199.710

(i) Refere-se a valores registrados nas rubricas fornecedores - R\$ 0, demais contas a pagar - R\$ 53.359 e adiantamento de clientes - R\$ 172

(ii) Refere-se a valores registrados nas rubricas clientes - R\$ 20.828 e demais contas a receber - R\$ 660

(iii) Refere-se a valores registrados nas rubricas mútuos financeiros R\$ 21.728 com a controladora Taurus Armas S.A. e são atualizados a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

(iv) Representam contratos de mútuo R\$ 72.968 com a controlada Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blindagens Nordeste Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda e Taurus Plásticos Ltda que são atualizados a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

(v) Saldo comparativo com 31 de dezembro de 2018

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Taurus Holdings, Inc. referem-se a vendas de armas para serem comercializadas pela controlada no mercado americano.

Em relação às operações envolvendo a Companhia e a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., estas referem-se à compra de produtos em processo, uma vez que a controlada realiza uma parte do processo produtivo do segmento de armas.

As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes e não são comparáveis com as praticadas com outras partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações envolvendo a Taurus Armas S.A. e a CBC (controladora indireta) referem-se, principalmente, à venda de armas para comercialização e compra de munições. O montante dessas operações está demonstrado abaixo:

	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita	Despesa
Companhia Brasileira de Cartuchos	546	29.353	-	4.215	37.500
CBC Brasil Comércio e Distribuição	21.930	-	-	175.579	-
	22.476	29.353	-	179.794	37.500

Remuneração de Diretores e Conselheiros

A remuneração dos diretores e conselheiros inclui salários, honorários e benefícios:

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Remuneração e benefícios dos diretores estatutários	5.142	2.777	5.142	2.777
Remuneração e benefícios do conselho de Administração	480	477	480	477
Remuneração e benefícios do Conselho Fiscal	210	166	210	166
	5.832	3.420	5.832	3.420

A Companhia não possui políticas de benefícios de remuneração ao pessoal-chave da Administração que se caracterizem como: benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração com base em ações ou outros benefícios de longo prazo.

Operações de diretores e conselheiros

Os diretores e conselheiros detêm percentual não material das ações com direito de voto da Companhia.

Avais entre partes relacionadas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis.

A controladora concedeu avais para a Taurus USA nos valores equivalentes a R\$ 139.529 (R\$ 126.799 em 31 de dezembro de 2018), e a Taurus Blindagens Ltda concedeu equivalente a R\$ 716.435 (R\$ 707.294 em 31 de dezembro de 2018) para a Taurus Armas S.A.

26. Operações Descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as Demonstrações do Resultado e da Demonstração do Valor Adicionado comparativas são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Em março de 2018, o Conselho de Administração, por unanimidade, autorizou a oferta do negócio capacetes, representado pelas empresas Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (antiga Taurus Blindagens Ltda.) e Taurus Blindagens Nordeste Ltda., ao mercado.

Embora as transações intragrupo tenham sido eliminadas integralmente dos resultados consolidados, a Administração optou por atribuir a eliminação de transações entre as operações continuadas e descontinuadas antes da alienação de forma a refletir a continuidade destas operações após a alienação, pois a Administração acredita que a informação é útil para os usuários das demonstrações financeiras. Para alcançar esta apresentação, a Administração da Companhia eliminou, a partir dos resultados das operações descontinuadas, as vendas entre segmentos (e custos decorrentes dessas vendas, menos lucros não realizados) feitas antes da sua alienação.

(a) Resultado líquido de operações descontinuadas

	31-12-2019	31-12-2018
Receita líquida de vendas	82.488	84.647
Eliminação de receitas inter-segmentos	-	(8.480)
Receitas Externas	82.488	76.167
Despesas / custos / resultado financeiro líquido	(83.388)	(86.306)
Eliminação de despesas inter-segmentos	-	8.480
Despesas externas	(83.388)	(77.826)
Resultado das atividades operacionais	(900)	(1.659)
Impostos sobre o lucro	(3.305)	4.403
Resultado líquido de imposto de renda e contribuição social	(4.205)	2.744
Resultado por ação - básico (em R\$)	(0,056936)	0,036654

O resultado das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2019 é de (R\$ 4.205 mil) (R\$ 2.744 mil em 31 de dezembro de 2018) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

(b) Fluxo de caixa proveniente das operações descontinuadas

	31-12-2019	31-12-2018
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.411	7.163
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(2.294)	(3.355)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.326)	(2.526)
Caixa líquido gerado pelas operações descontinuadas	791	1.282

27. Patrimônio líquido/Passivo a descoberto (controladora)
a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 520.277 mil (R\$ 465.218 mil em 31 de dezembro de 2018), representado por 88.464.333 ações, sendo 46.445.314 ações ordinárias e 42.019.019 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 5 de outubro de 2018, a Companhia emitiu quatro séries de bônus de subscrição de ações, sendo cada bônus convertido em uma ação, da seguinte forma: (i) 25 milhões da série A, (ii) 20 milhões da série B, (iii) 20 milhões da série C e (iv) 9 milhões da série D. Os preços fixos de subscrição são R\$ 4 reais, R\$ 5 reais, R\$ 6 reais e R\$ 7 reais, respectivamente.

Em 31 de março de 2019, os bônus executados até aquela data foram convertidos automaticamente em capital, no montante equivalente a R\$ 42.271, ratificado em ata de reunião do conselho de Administração em 29 de abril de 2019.

No dia 30 de junho de 2019, os bônus executados até aquela data foram convertidos automaticamente em capital, no montante equivalente a R\$ 12.765, ratificado em ata de reunião do Conselho de Administração em 17 de julho de 2019.

No dia 30 de setembro de 2019, os bônus executados até aquela data foram convertidos automaticamente em capital, no montante equivalente a R\$ 6, ratificado em ata de reunião do Conselho de Administração em 24 de outubro de 2019.

No dia 31 de dezembro de 2019, os bônus executados até aquela data foram convertidos automaticamente em capital, no montante equivalente a R\$ 18, ratificado em ata de reunião do Conselho de Administração em 26 de março de 2020.

Acções preferenciais

Ações preferenciais não dão direito a dividendos diferenciados e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no seu artigo 5º, parágrafo 4º, as ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral acerca das matérias abaixo indicadas, caso em que a cada ação preferencial corresponderá um voto:

- (i) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) Aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral;
- (iii) Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) Escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e
- (v) Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito

a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Ações autorizadas (em milhares de ações):

	31-12-2019	31-12-2018
Ações ordinárias	51.851	51.851
Ações preferenciais	103.702	103.702
	155.553	155.553

Ações emitidas e totalmente integralizadas:

	Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade em milhares	Valor em R\$ mil	Quantidade em milhares	Valor em R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2018				
ON - R\$ 4,79 - PN - R\$ 4,05*	46.445	222.472	28.417	115.089
Em 31 de dezembro de 2019				
ON - R\$ 5,11 - PN - R\$ 5,99*	46.445	237.334	42.019	251.694

*Cotação de fechamento da ação na data indicada, multiplicada pelo total de ações existentes na mesma data.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Custo atribuído (Deemed cost)

A rubrica de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para a IFRS. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente pela depreciação dos itens a que se referem ou quando da alienação dos ativos.

Valor justo de propriedades para investimentos

Conforme descrito na nota 14, em 2016 a Companhia reconheceu o valor justo de propriedade para investimento, de acordo com as práticas contábeis brasileiras BR GAAP e internacionais IFRS. O reconhecimento inicial de propriedades para investimento a valor justo é reconhecido no patrimônio líquido. Após o reconhecimento inicial, o valor justo deve ser revisto anualmente e as alterações de valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações Financeiras de operações no exterior.

c) **Resultado por ação**

Lucro atribuído aos detentores de ações (básico)

Denominador

Média ponderada da quantidade de ações total

Média ponderada da quantidade de ações circulantes
 % de ações em relação ao total

Numerador

Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)

Média ponderada da quantidade de ações circulantes

Resultado por ação básico (R\$) - Operações Continuadas

Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)

Média ponderada da quantidade de ações circulantes

Resultado por ação básico (R\$) - Operações Descontinuadas

Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)

Média ponderada da quantidade de ações circulantes

Resultado por ação básico (R\$)

Controladora e consolidado		
31-12-2019		
Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
46.445	38.017	84.462
46.445	38.017	84.462
54,99%	45,01%	100,00%
26.192	21.439	47.631
46.445	38.017	84.462
0,5639	0,5639	
(2.312)	(1.893)	(4.205)
46.445	38.017	84.462
(0,0498)	(0,0498)	
23.880	19.546	43.426
46.445	38.017	84.462
0,5142	0,5141	

Lucro atribuído aos detentores de ações (básico)

Denominador

Média ponderada da quantidade de ações total

Média ponderada da quantidade de ações circulantes

% de ações em relação ao total

Numerador

Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)

Média ponderada da quantidade de ações circulantes

Resultado por ação básico (R\$) - Operações Continuadas

Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)

Média ponderada da quantidade de ações circulantes

Resultado por ação básico (R\$) - Operações Descontinuadas

Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)

Média ponderada da quantidade de ações circulantes

Resultado por ação básico (R\$)

Lucro atribuído aos detentores de ações (diluído)

Controladora e consolidado		
31-12-2018		
Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
46.445	18.271	64.716
46.445	18.271	64.716
71,77%	28,23%	100,00%
(44.931)	(17.675)	(62.606)
46.445	18.271	64.716
(0,9674)	(0,9674)	
1.969	775	2.744
46.445	18.271	64.716
0,0424	0,0423	
(42.961)	(16.901)	(59.862)
46.445	18.271	64.716
(0,9250)	(0,9250)	
Controladora e consolidado		
31-12-2019		

	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Saldo de ações no final do exercício	46.445	42.019	88.464
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	46.445	42.019	88.464
% de ações em relação ao total	52,50%	47,50%	100,00%
Numerador			
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	25.007	22.624	47.631
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	46.445	42.019	88.464
Resultado por ação diluído (R\$) - Operações Continuadas	0,5384	0,5384	
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	(2.208)	(1.997)	(4.205)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	46.445	42.019	88.464
Resultado por ação diluído (R\$) - Operações Descontinuadas	(0,0475)	(0,0475)	
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) - Operações Continuadas	22.799	20.627	43.426
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	46.445	42.019	88.464
Resultado por ação diluído (R\$)	0,4909	0,4910	

Lucro atribuído aos detentores de ações (diluído)

Controladora e consolidado			
31-12-2018			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	46.445	28.417	74.862
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	46.445	28.417	74.862
% de ações em relação ao total	62,04%	37,96%	100,00%
Numerador			
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	(38.841)	(23.765)	(62.606)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	46.445	28.417	74.862
Resultado por ação diluído (R\$) - Operações Continuadas	(0,8363)	(0,8363)	
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	1.702	1.042	2.744
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	46.445	28.417	74.862
Resultado por ação diluído (R\$) - Operações Descontinuadas	0,0366	0,0366	
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) - Operações Continuadas	(37.139)	(22.723)	(59.862)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	46.445	28.417	74.862
Resultado por ação diluído (R\$)	(0,7996)	(0,7996)	

d) Transações de capital

A reestruturação societária ocorrida em 27 de maio de 2011 envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. e a Companhia resultou em alteração nas participações acionárias entre as partes envolvidas no montante de R\$ 40.996, o qual foi reconhecido no passivo a descoberto na conta transação de capital.

28. Receita operacional líquida

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Se não for possível fazer uma estimativa razoável das potenciais devoluções de mercadorias, quando permitidas, o reconhecimento da receita é diferido até que o período de devolução expire ou até que uma estimativa razoável das devoluções possa ser feita.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita para esses contratos será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que a Companhia não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, espera-se que receitas sejam reconhecidas antes de o período de devolução expirar ou de que seja possível realizar uma estimativa razoável. Um passivo de reembolso e um ativo para recuperação serão reconhecidos para esses contratos e serão apresentados separadamente no balanço patrimonial.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30/IAS 18 e interpretações relacionadas.

Não foi apurado montante a ser ajustado em 1º de janeiro de 2018 em decorrência da adoção desse pronunciamento.

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 25%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 45%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3% e 7,6%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Vendas de produtos	1.249.604	988.839	882.429	711.707
Prestação de serviços	4	16	4	16
Total de receita bruta	1.249.608	988.855	882.433	711.723
Impostos sobre vendas	(241.822)	(118.123)	(166.571)	(60.295)
Devoluções e abatimentos	(8.205)	(25.445)	(7.420)	(24.797)
Total de receita operacional líquida	999.581	845.287	708.442	626.631

Em razão de suas vendas possuírem vencimento de curto prazo, sendo os efeitos do cálculo de ajuste a valor presente imaterial, a Companhia parou de apresentar o cálculo do valor presente em suas demonstrações financeiras.

29. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(658.952)	(537.660)	(475.827)	(427.021)
Despesas com vendas	(122.667)	(97.067)	(58.830)	(42.719)
Provisão para perda de valor recuperável de instrumentos financeiros	(2.664)	(3.024)	(2.191)	420
Despesas gerais e administrativas	(142.220)	(146.596)	(69.228)	(84.820)
Outras despesas operacionais	(18.615)	(78.033)	(18.392)	(29.520)
	(945.118)	(862.380)	(624.468)	(583.660)
Despesas por natureza	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Depreciação e amortização	(22.379)	(34.230)	(5.428)	(5.550)
Despesas com pessoal	(298.065)	(228.263)	(103.228)	(69.660)
Despesas Tributárias	(12.684)	31.975	(7.243)	(4.399)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(324.598)	(274.795)	(391.564)	(370.678)
Materiais Auxiliares, conservação e manutenção	(47.279)	(37.489)	(6.948)	(7.200)
Fretes e seguros	(47.023)	(29.988)	(30.985)	(17.624)
Serviços de terceiros	(46.159)	(45.167)	(27.767)	(31.194)
Propaganda e publicidade	(22.929)	(21.531)	(6.509)	(4.694)
Despesas com garantia de produto	(2.824)	(13.356)	(3.570)	(13.390)
Água e energia elétrica	(10.765)	(12.228)	(1.064)	(1.470)
Viagens e estadias	(13.949)	(6.652)	(4.950)	(2.973)
Despesas com comissões	(24.740)	(23.973)	(8.738)	(10.832)
Custo do imobilizado baixado	(6.796)	(49.475)	(1.844)	(80)
Provisão para contingência	(11.797)	(41.295)	(10.318)	(35.448)
Aluguéis	(4.634)	(1.213)	(1.972)	(993)
Outras despesas	(48.495)	(74.700)	(12.339)	(7.475)
	(945.118)	(862.380)	(624.468)	(583.660)

30. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro abrange principalmente receitas de juros sobre fundos de investimentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O resultado financeiro é reconhecido dentro do período de competência.

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Despesas financeiras				
Juros	(45.418)	(61.478)	(52.215)	(60.404)
Variações cambiais	(52.535)	(132.163)	(52.444)	(126.217)
IOF	(203)	(1.876)	(164)	(1.620)
Outras despesas	(18.788)	(16.166)	(18.657)	(12.879)
	(116.944)	(211.683)	(123.480)	(201.120)
Receitas financeiras				
Juros	26.092	5.676	24.601	3.399
Variações cambiais	10.014	22.149	9.767	21.617
Swap sobre operações financeiras	-	-	-	-
Outras receitas	353	278	128	262
	36.459	28.103	34.496	25.278
Resultado financeiro líquido	(80.485)	(183.580)	(88.984)	(175.842)

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A suficiência da cobertura de seguros é determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros para a Companhia era a seguinte:

		2019
	Consolidado	Controladora
Danos Materiais	487.504	80.000
Responsabilidade Civil	209.884	15.000
Lucros Cessantes	276.055	276.055

32. Provisão para garantia de produtos

A Companhia quantifica e registra uma estimativa para os custos relacionados com a garantia, de acordo com histórico e os custos de reparação atuais. A provisão para garantia do produto assegura que os custos de reparação em caso de reposição ou reparo não afetem os resultados operacionais de períodos em que ocorrem esses custos adicionais, assim os valores são provisionados por competência. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos são apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Mercado Interno	14.560	14.122	13.092	12.654
Mercado Externo	9.104	9.360	-	-
Total	23.664	23.482	13.092	12.654
Passivo circulante	18.105	17.903	13.092	12.654
Passivo não circulante	5.559	5.579	-	-

33. Eventos Subsequentes

Acordo definitivo para criação de uma Joint Venture entre Jindal e Taurus

Em alinhamento e ampliação dos seus negócios, a Taurus Armas inicia uma sociedade através de uma *Joint Venture* com importante player na Índia. A confirmação dessa operação ocorreu através da assinatura de um contrato que ocorreu em 27 de janeiro de 2020, durante a missão comercial do governo Bolsonaro, o que ratifica a importância desta operação entre o Brasil e a Índia.

A Jindal Group é maior fabricante de aço da Índia e uma das dez maiores do mundo, detentora de um faturamento anual superior a US\$ 24 bilhões e com 200 mil funcionários no mundo é a sócia da Taurus, com 51% do capital da joint venture e a Taurus, 49% do capital. A *Joint Venture* criada irá implantar uma fábrica de armas na Índia, onde serão produzidos fuzis, pistolas e revólveres, para os mercados civis, de segurança pública e militar.

A celebração desse acordo é um passo importante na estratégia global da Taurus e colocará à Companhia em uma posição de destaque no mercado mundial de armas, o que comprova que a gestão atual da Companhia está alinhada com os movimentos mundiais do setor. A Taurus segue seu processo de reestruturação baseado em rentabilidade sustentável, qualidade e melhora dos indicadores financeiros e operacionais, além do forte investimento no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Possíveis impactos do novo Coronavírus – COVID-19

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes ao Covid-19 que possam vir a afetar suas atividades. Até a presente data, não houve mudança significativa registrada em

relação a nossos fornecedores e, também, não foi quantificado risco elevado de danos econômicos expressivos para a Taurus.

A dependência de produtos importados é baixa e, ainda, os fornecedores estrangeiros de componentes e insumos mais relevantes podem ser substituídos por fornecedores nacionais. Para itens considerados críticos, a Companhia conta com estoque que atende sua necessidade para período de cerca de 5 meses.

Com relação às exportações, responsável pela maior parte de sua receita, a Taurus está trabalhando dentro do cronograma previsto para a entrega de seus produtos, especialmente no mercado norte-americano. No mercado nacional, até o momento não foi observada qualquer alteração no comportamento de clientes e distribuidores.

Diversas medidas estão sendo adotadas com o objetivo de reduzir ao máximo a exposição ao potencial contágio de nossa equipe de colaboradores pelo Covid-19, como a suspensão de quase todas as viagens a trabalho, da entrada de fornecedores na fábrica, da realização de reuniões e do recebimento de visitas nas instalações da Taurus. A Companhia está divulgando e reforçando a importância de adoção, por seus colaboradores e familiares, de hábitos preventivos de higiene e cuidados com a saúde.

A análise realizada está fundamentada nas evidências apuradas até a presente data, considerando o acompanhamento e monitoramento de risco e a evolução da situação de disseminação do Covid-19. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a rever sua posição e/ou a afetar a continuidade normal das operações em suas unidades.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA DA TAURUS ARMAS S.A. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os Srs. Salesio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho, Eduardo Minghelli e Ricardo Machado, Diretores de Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.035-411, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Taurus Armas S.A. e empresas consolidadas relativas ao período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

São Leopoldo, 26 de março de 2020.

Salesio Nuhs
Diretor Presidente

Sergio Castilho Sgrillo Filho
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Minghelli
Diretor sem designação específica

Ricardo Machado
Diretor sem designação específica

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA DA TAURUS ARMAS S.A. SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Srs. Salesio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho, Eduardo Minghelli e Ricardo Machado, Diretores da Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.035-411, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pela KPMG Auditores Independentes, constantes do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes relativo as Demonstrações Financeiras do período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, emitido em 26 de março de 2020.

São Leopoldo, 26 de março de 2020.

Salesio Nuhs
Diretor Presidente

Sergio Castilho Sgrillo Filho
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Minghelli
Diretor sem designação específica

Ricardo Machado
Diretor sem designação específica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Taurus Armas S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de março de 2020.

Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Relatório dos auditores independentes, KPMG – Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 26 de março de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da administração da Companhia no decorrer do exercício, conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Leopoldo, 26 de março de 2020

Haroldo Zago
Presidente

Mauro César Medeiros de Mello
Conselheiro

Amoreti Franco Gibbon
Conselheiro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS DA TAURUS ARMAS S.A.

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, procederam ao exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da Administração relativos ao exercício de 2019 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2019”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Leopoldo, 26 de março de 2020.

Sérgio Laurimar Fioravanti

Magno Neves Fonseca

Luciano Luiz Barsi

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Taurus Armas S.A.

São Leopoldo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Taurus Armas S.A. (Companhia), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Taurus Armas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisões e passivos contingentes – tributárias, trabalhistas e cíveis

Veja a Nota 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis.</p> <p>A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a esses processos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento de autoridades, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e portanto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção de confirmação de valores em disputa e situação processual junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, sobre as demandas judiciais e administrativas onde elas figuram como autoras ou rés com vistas à determinação da razoabilidade do valor registrado e das divulgações efetuadas em notas explicativas. • Avaliação, com envolvimento de nossos especialistas tributários determinados casos, na análise das premissas e fundamentos envolvidos nos principais julgamentos da Administração, como forma de avaliar a adequação dos valores e divulgações feitas nas demonstrações financeiras. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação das provisões e passivos contingentes, os quais foram registrados pela administração. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o tratamento contábil aplicado sobre contingências, bem como, as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.</p>

Reconhecimento de impostos diferidos ativos

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Grupo possui impostos diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias dedutíveis e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujo registro contábil foi efetuado considerando um estudo elaborado pela Companhia e suas controladas e aprovado pelo Conselho de Administração, sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses ativos.</p> <p>A determinação dos lucros tributáveis futuros contou com o auxílio de especialistas externos contratados pela Companhia e suas controladas, e requereu o uso de estimativas e de julgamento significativos. Mudanças nas premissas utilizadas para exercer esse julgamento significativo podem impactar significativamente o montante desses impostos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e portanto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a documentação suporte e as principais premissas utilizadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, como segue: (a) as demonstrações financeiras e relatórios gerenciais contendo dados históricos; (b) orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; (c) projeções de indicadores macroeconômicos do Banco Central do Brasil – BACEN; e (d) realizamos discussões com a Administração sobre a sua visão para os negócios e perspectivas para as operações da Companhia, bem como, comparamos certos dados com fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Avaliamos os critérios para a determinação da base tributária, da classificação contábil e da análise da realização dos valores dos tributos diferidos com o uso de nossos especialistas da área tributária; Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidas como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros projetados suficientes para permitir sua realização, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.</p>

Redução ao valor recuperável do ágio ("goodwill") e do Ativo imobilizado

Veja a Notas 16 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia apresenta prejuízos acumulados e patrimônio líquido negativo. Com a identificação desses indicadores ("triggers") a Companhia avaliou a necessidade de realizar o cálculo para verificar existência de redução no valor recuperável em relação à sua principal unidade geradoras de caixa ("UGC") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se de modelos de fluxos de caixa descontados elaborados por especialista contratado pela Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração, que exerceram julgamentos significativos e uso de premissas de mercado e de negócios, que incluem (i) crescimento da receita (incluindo participação de mercado e crescimento de volume), (ii) margens operacionais e (iii) taxas de desconto aplicadas aos fluxos de caixa futuros projetados. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de fluxo de caixa descontados das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar significativamente o montante desses ativos reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise do modelo utilizado pela Companhia e suas controladas para determinar as unidades geradoras de caixa. • Análise de razoabilidade dos pressupostos utilizados para a determinação das taxas de desconto e recálculo dessas taxas. • Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos fluxos de caixa projetados futuros utilizados nos modelos com vista a determinar se são razoáveis em relação ao cenário econômico atual, aos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam, às projeções futuras sobre o desempenho de tais mercados e às projeções de desempenho operacional da Companhia e suas controladas. • Com o auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, avaliamos a análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas nos cálculos. • Comparação dos fluxos de caixa projetados, incluindo os pressupostos relativos às taxas de crescimento de receita e margens operacionais com o desempenho histórico para avaliar a razoabilidade das projeções da Companhia. • Avaliação da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumariados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o valor do ágio e do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências



adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP244525/O-9 T-RS